

**QUADRO-RESUMO**

<b>TIPO DE SERVIÇO</b>	<b>UNIDADE DE MEDIDA</b>	<b>QUANTIDADE (A)</b>	<b>PREÇO UNITÁRIO MENSAL (B)</b>	<b>VALOR MENSAL DO SERVIÇO (C) = (A)X(B)</b>
Agente de Limpeza	Posto	164	R\$ 5.403,30	<b>R\$ 886.141,20</b>
Encarregado	Posto	7	R\$ 5.135,92	<b>R\$ 35.951,44</b>
<b>VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 922.092,64</b>
<b>VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 11.065.111,68</b>



### IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>
Agente de Limpeza	Posto	164

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	<b>Manaus/AM</b>
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho	2025
D	Nº de Registro da Convenção Coletiva de Trabalho no M.T.E	AM000578/2024
E	Nº de meses de execução contratual	12

### MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL

<b>Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra</b>		
1	Tipo de serviço	Agente de Limpeza
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	5143-20
3	Salário da Categoria Profissional	R\$ 1.550,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Agente de Limpeza
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2025

### MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1.1	Salário Base	R\$ 1.550,00
1.2	Adicional de Insalubridade (40% sobre o salário mínimo)	R\$ 607,20
1.3	Outros (especificar)	
	<b>Total da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.157,20</b>

<b>MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>			
<b>Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>			
<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13 º Salário	8,33%	R\$ 179,77
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 239,66
<b>Subtotal</b>		<b>19,44%</b>	<b>R\$ 419,43</b>
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário, férias e adicional de férias	6,67%	R\$ 143,87
<b>TOTAL</b>		<b>26,11%</b>	<b>R\$ 563,30</b>
<b>Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.</b>			
<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	R\$ 431,44
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 53,93
C	SAT	0,50%	R\$ 10,79
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 32,36
E	SENAI- SENAC	1,00%	R\$ 21,57
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 12,94
G	INCRA	0,20%	R\$ 4,31
H	FGTS	8,00%	R\$ 172,58
<b>TOTAL</b>		<b>34,30%</b>	<b>R\$ 739,92</b>

<b>Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários</b>			
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor unitário/dia (R\$)</b>	<b>Valor Mensal (R\$)</b>
A	Vale Transporte (considerando 22 dias úteis)	R\$ 4,50	R\$ 105,00
B	Auxílio Alimentação - (considerando 22 dias úteis)	R\$ 23,00	R\$ 455,40
C	Assistência Social e Familiar (cláusula décima segunda da CCT)	R\$	15,00
D	Cesta básica (cláusula oitava da CCT)	R\$	150,00
E	Plano odontológico (cláusula décima da CCT)	R\$	15,00
F	Programa de Qualificação Profissional (cláusula décima oitava da CCT)	R\$	10,00
G	Outros (especificar)	R\$	-
<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>		<b>R\$</b>	<b>750,40</b>
<b>QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2- ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSALIS E DIÁRIOS</b>			
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e diários</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	26,11%	R\$ 563,30
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	34,30%	R\$ 739,92
2.3	Benefícios Mensais e Diários	-%	R\$ 750,40
<b>TOTAL</b>		<b>60,41%</b>	<b>R\$ 2.053,62</b>
<b>MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>			
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
3.1	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 9,06
3.2	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,72
3.3	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 41,85
3.4	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,67%	R\$ 14,35
3.5	Multa sobre o FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	3,44%	R\$ 74,21
<b>TOTAL</b>		<b>6,50%</b>	<b>R\$ 140,20</b>

**MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE****Submódulo 4.1 – Ausências Legais.**

<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Ausências Legais	0,01292%	R\$ 0,28
B	Licença paternidade	0,02267%	R\$ 0,49
C	Ausência por acidente de trabalho	0,04767%	R\$ 1,03
D	Afastamento maternidade	0,39233%	R\$ 8,46
E	Outros (especificar)		R\$ -
<b>Subtotal</b>		<b>0,48%</b>	<b>R\$ 10,26</b>
F	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Custo de reposição do profissional ausente	0,16%	R\$ 3,52
<b>TOTAL</b>		<b>0,64%</b>	<b>R\$ 13,78</b>

**QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE**

<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Ausências legais	0,64%	R\$ 13,78
<b>TOTAL</b>		<b>0,64%</b>	<b>R\$ 13,78</b>

**MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS**

<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>	<b>Valor (R\$)</b>
5.1	CUSTO MÉDIO MENSAL DE UNIFORME	R\$ 40,33
5.2	CUSTO MENSAL DE MANUT. E DEPREC. DE EQUIPAMENTOS	R\$ 53,06
5.3	CUSTO MÉDIO MENSAL DE EPI'S	
5.4	CUSTO MÉDIO MENSAL COM INSUMOS DE LIMPEZA	R\$ 572,36
<b>Total de Insumos diversos</b>		<b>R\$ 665,75</b>

<b>MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
6.1	Custos Indiretos	1,80%	R\$ 90,55
6.2	Lucro	1,50%	R\$ 76,82
6.3	Tributos	<b>3,80%</b>	<b>R\$ 205,38</b>
6.4	PIS	-0,2139%	R\$ -
6.5	COFINS	-0,9850%	R\$ -
6.6	ISS	5,00%	R\$ 270,16
	<b>Total</b>		<b>R\$ 372,75</b>

<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>		
	<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>(R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.157,20
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.053,62
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 140,20
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 13,78
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 665,75
	<b>Subtotal (A + B +C+ D+ E)</b>	<b>R\$ 5.030,55</b>
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 372,75
	<b>Valor total por empregado</b>	<b>R\$ 5.403,30</b>

**IDENTIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

<b>Tipo de Serviço</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>
Encarregado	Posto	7

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	<b>Manaus/AM</b>
C	Ano Convenção Coletiva de Trabalho	2025
D	Nº de Registro da Convenção Coletiva de Trabalho no M.T.E	AM000578/2024
E	Nº de meses de execução contratual	12

**MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL**

<b>Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra</b>		
1	Tipo de serviço	Encarregado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	-
3	Salário da Categoria Profissional	R\$ 2.402,87
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	Encarregado
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	1/1/2025

**MÓDULO 1: COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO**

<b>1</b>	<b>Composição da Remuneração</b>	<b>Valor (R\$)</b>
1.1	Salário Base	R\$ 2.402,87
1.2	Adicional de Insalubridade	
1.3	Outros (especificar)	
	<b>Total da Remuneração</b>	<b>R\$ 2.402,87</b>

**MÓDULO 2: ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS**
**Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias**

<b>2.1</b>	<b>13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	13º Salário	8,33%	R\$ 200,24
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	R\$ 266,96
	<b>Subtotal</b>	<b>19,44%</b>	<b>R\$ 467,20</b>
C	Incidência dos encargos previstos no Submódulo 2.2 sobre 13º salário, férias e adicional de férias	6,67%	R\$ 160,25
	<b>TOTAL</b>	<b>26,11%</b>	<b>R\$ 627,45</b>

**Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.**

<b>2.2</b>	<b>GPS, FGTS e outras contribuições</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	INSS	20,00%	R\$ 480,57
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 60,07
C	SAT	0,50%	R\$ 12,01
D	SESC ou SESI	1,50%	R\$ 36,04
E	SENAI- SENAC	1,00%	R\$ 24,03
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 14,42

G	INCRA	0,20%	R\$	4,81
H	FGTS	8,00%	R\$	192,23
<b>TOTAL</b>		<b>34,30%</b>	<b>R\$</b>	<b>824,18</b>
<b>Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários</b>				
<b>2.3</b>	<b>Benefícios Mensais e Diários</b>	<b>Valor unitário/dia (R\$)</b>	<b>Valor Mensal (R\$)</b>	
A	Vale Transporte (considerando 22 dias úteis)	R\$ 4,50	R\$	53,83
B	Auxílio Alimentação - (considerando 22 dias úteis)	R\$ 23,00	R\$	455,40
C	Assistência Social e Familiar (cláusula décima segunda da CCT)	R\$		15,00
D	Cesta básica (cláusula oitava da CCT)	R\$		150,00
E	Plano odontológico (cláusula décima da CCT)	R\$		15,00
F	Programa de Qualificação Profissional (cláusula décima oitava da CCT)	R\$		10,00
G	Outros (especificar)	R\$		-
<b>Total de Benefícios mensais e diários</b>		<b>R\$</b>		<b>699,23</b>
<b>QUADRO RESUMO DO MÓDULO 2- ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS</b>				
<b>2</b>	<b>Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e diários</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>	
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	26,11%	R\$	627,45
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	34,30%	R\$	824,18
2.3	Benefícios Mensais e Diários	-%	R\$	699,23
<b>TOTAL</b>		<b>60,41%</b>	<b>R\$</b>	<b>2.150,86</b>

<b>MÓDULO 3: PROVISÃO PARA RESCISÃO</b>			
<b>3</b>	<b>Provisão para Rescisão</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
3.1	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 10,09
3.2	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 0,81
3.3	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 46,62
3.4	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o aviso prévio trabalhado	0,67%	R\$ 15,99
3.5	Multa sobre o FGTS e contribuições sociais sobre o aviso prévio trabalhado	3,44%	R\$ 82,66
<b>TOTAL</b>		<b>6,50%</b>	<b>R\$ 156,17</b>
<b>MÓDULO 4: CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>Submódulo 4.1 – Ausências Legais.</b>			
<b>4.1</b>	<b>Ausências Legais</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
A	Ausências Legais	0,01292%	R\$ 0,31
B	Licença paternidade	0,02267%	R\$ 0,54
C	Ausência por acidente de trabalho	0,04767%	R\$ 1,15
D	Afastamento maternidade	0,39233%	R\$ 9,43
E	Outros (especificar)		R\$ -
<b>Subtotal</b>		<b>0,48%</b>	<b>R\$ 11,43</b>
F	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Custo de reposição do profissional ausente	0,16%	R\$ 3,92
<b>TOTAL</b>		<b>0,64%</b>	<b>R\$ 15,35</b>
<b>QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 – CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE</b>			
<b>4</b>	<b>Custo de Reposição do Profissional Ausente</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
4.1	Ausências legais	0,64%	R\$ 15,35
<b>TOTAL</b>		<b>0,64%</b>	<b>R\$ 15,35</b>
<b>MÓDULO 5: INSUMOS DIVERSOS</b>			
<b>5</b>	<b>Insumos Diversos</b>		<b>Valor (R\$)</b>
5.1	CUSTO MÉDIO MENSAL DE UNIFORME		R\$ 70,50
<b>Total de Insumos diversos</b>			<b>R\$ 70,50</b>

<b>MÓDULO 6: CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO</b>			
<b>6</b>	<b>Custos Indiretos, Tributos e Lucro</b>	<b>%</b>	<b>Valor (R\$)</b>
6.1	Custos Indiretos	1,50%	R\$ 71,94
6.2	Lucro	1,50%	R\$ 73,02
6.3	Tributos	<b>3,80%</b>	<b>R\$ 195,22</b>
6.4	PIS	-0,2139%	R\$ -
6.5	COFINS	-0,9850%	R\$ -
6.6	ISS	5,00%	R\$ 256,80
	<b>Total</b>		<b>R\$ 340,18</b>

<b>QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO</b>		
	<b>Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)</b>	<b>(R\$)</b>
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.402,87
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.150,86
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 156,17
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 15,35
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 70,50
	<b>Subtotal (A + B +C+ D+ E)</b>	<b>R\$ 4.795,75</b>
F	Módulo 6 - Custos indiretos, tributos e lucro	R\$ 340,18
	<b>Valor total por empregado</b>	<b>R\$ 5.135,92</b>

EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA					
Item	DESCRIÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Andaime ajustável de ferro 6 metros com travejamento (aquisição)	Un	R\$ 120,00	12	R\$ 1.440,00
2	Aspirador de pó e água, tipo industrial 110V ou bivolt, 18 a 22 litros, com potência de 1600 W	Un	R\$ 446,00	12	R\$ 5.352,00
3	Aspirador vertical para áreas densas de mobília com cabo elétrico flexível de no mínimo 3m. Potência mínima de 1200 W, com 3 acessórios e sucção para limpeza de pisos, tapetes, carpetes e estofados, com acessório para cantos e frestas, saco coletor lavável, reservatório de pó de no mínimo 40 litros, 110V, 127V ou Bivolt.	Un	R\$ 792,90	12	R\$ 9.514,80
4	Balde MOP com espremedor, com carrinho 2 águas, capacidade 20 litros	Un	R\$ 199,00	164	R\$ 32.636,00
5	Bomba para desentupir de vaso sanitário manual	Un	R\$ 59,96	10	R\$ 599,60
6	DISPENSER em aço inox polido reforçado, (PARA PAPEL HIGIÊNICO TIPO ROLÃO BRANCO 8 x 300 M, gofrado, gramatura de 20) - Banheiro COM CHAVE PARA TRAVA	Un	R\$ 134,98	300	R\$ 40.494,00
7	Dispenser em aço inox polido reforçado (PARA PAPEL TOALHA TIPO BOBINA 20X100 A 200 M, gofrado, gramatura de 20) - Banheiro COM CHAVE PARA TRAVA	Un	R\$ 199,90	300	R\$ 59.970,00
8	Dispenser/Recipiente com mola para sabonete líquido e álcool em gel, visor para acompanhar o nível do conteúdo, reservatório 800ml.	Un	R\$ 30,00	300	R\$ 9.000,00
9	Enceradeira industrial para lavagem, com escova de 350mm, 110V, 127V ou bivolt	Un	R\$ 1.649,00	4	R\$ 6.596,00
10	Enceradeira industrial para lavagem, com escova de 440mm, 110V, 127V ou bivolt	Un	R\$ 2.230,00	4	R\$ 8.920,00
11	Escada articulada de 14 degraus de alumínio	Un	R\$ 289,00	12	R\$ 3.468,00
12	Escada com 06 degraus de alumínio	Un	R\$ 153,00	15	R\$ 2.295,00
13	Escova média de lavar multi-uso, de mão, com grande área de cerdas.	Un	R\$ 3,50	164	R\$ 574,00
14	Desentupidor vaso sanitário manual com cabo de madeira, 60cm, diâmetro do desentupidor de limpeza 9,5cm.	Un	R\$ 21,00	10	R\$ 210,00
15	Espanador eletrostático, cabo plástico e pano em fio acrílico	Un	R\$ 27,99	164	R\$ 4.590,36
16	Espátula média	Un	R\$ 12,84	164	R\$ 2.105,76
17	Kit Carrinho Funcional de Limpeza completo: 01 carrinho funcional de limpeza c/ capacidade 80 Litros (saco); 01 balde espremedor para duas águas de 30 Litros; 01 pá plástica p/ lixo; 01 placa de sinalização piso molhado; 01 conjunto MOP Úmido de 320g cru, com cabo em alumínio	Un	R\$ 1.245,00	37	R\$ 46.065,00
18	Lavadora extratora industrial para lavagem de carpetes, potência 1600W, 25L, 110V, 127V ou bivolt	Un	R\$ 1.624,00	12	R\$ 19.488,00
19	Mangueira reforçada trançada (antitorção), 100m, ¾", com adaptador e esguicho.	Un	R\$ 579,00	12	R\$ 6.948,00
20	Mangueira reforçada trançada (antitorção), 50m, ¾", com adaptador e esguicho	Un	R\$ 235,97	6	R\$ 1.415,82
21	Máquina de limpeza de alta pressão, 110V, 127V ou bivolt, mínimo 1500W para limpeza de pátios, calçadas, pisos pavimentados, fachadas e outros.	Un	R\$ 829,90	12	R\$ 9.958,80
22	MOP para VIDRO completo, com rodo (25cm) e cabo extensor em alumínio 0,8mm (2 partes), até 3,10m, refil pano microfibra	Un	R\$ 120,00	164	R\$ 19.680,00
23	MOP pó azul eletrostático completo, 40cm, para limpeza de piso, cabo telescópio em alumínio 0,8mm (2 partes), limpeza a seco, refil mop pó, cabeça giratória, rotação 360o.	Un	R\$ 79,00	164	R\$ 12.956,00
24	MOP pó azul eletrostático completo, 60cm, para limpeza de piso, cabo telescópio em alumínio 0,8mm (2 partes), limpeza a seco, refil mop pó, cabeça giratória, rotação 360o.	Un	R\$ 127,99	164	R\$ 20.990,36
25	MOP úmido esfregão 320g, completo com cabo em alumínio e haste para limpeza de piso - refil pano algodão, sem cabeça giratória.	Un	R\$ 99,90	164	R\$ 16.383,60
26	Pá de lixo coletora plástica com cabo de inox, 255mm, profissional	Un	R\$ 58,78	164	R\$ 9.639,92
27	Placa de sinalizadora de serviço de limpeza em PVC grande (altura 62cm, largura 30cm)	Un	R\$ 30,59	164	R\$ 5.016,76
28	PULVERIZADOR DE 1 Litro COM BORRIFADOR Fabricado em plástico. Capacidade do frasco: 1 Litro. Sem mecanismo de compressão. Modelo manual de uso profissional. Não utilizável em pulverizações que envolvam produtos químicos como ácidos, tintas ou solventes. Sistema de acionamento: gatilho. Bico com jato regulável.	Un	R\$ 15,90	328	R\$ 5.215,20
29	Rastelo de ferro, com 26 dentes aproximadamente, com cabo de 1,40m.	Un	R\$ 59,00	12	R\$ 708,00
30	Rodo com 02 borrachas, de 40cm de largura, com cabo alumínio de 1,40m	Un	R\$ 33,69	164	R\$ 5.525,16

<b>EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA</b>					
<b>Item</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
31	Rodo com 02 borrachas, de 60cm de largura, com cabo alumínio de 1,40m	Un	R\$ 42,00	164	R\$ 6.888,00
32	Vassoura piaçava natural, cabeça de plástico durável, com cabo para varrer trilho	Un	R\$ 20,20	150	R\$ 3.030,00
33	Vassoura de Pelo – 40 cm largura, com cabo de 1,40m	Un	R\$ 18,00	150	R\$ 2.700,00
34	Vassoura de teto para vasculho, com cabo em alumínio telescópico 3m	Un	R\$ 52,00	37	R\$ 1.924,00
35	Vassoura uso geral, pelo macio, 30cm, com cabo de 1,40m (uso interno), VARRE CANTO	Un	R\$ 32,00	150	R\$ 4.800,00
36	Vassoura escovão, nylon, limpeza pesada, 30cm, com cabo de 1,40m	Un	R\$ 28,00	150	R\$ 4.200,00
37	Vassourinha para limpar vaso sanitário com suporte	Un	R\$ 7,00	164	R\$ 1.148,00
38	Vassourinha para limpar esquadria de janela	Un	R\$ 7,50	164	R\$ 1.230,00
39	VASSOURA GARI NYLON, com cepo de madeira, 60cm, com cabo de 1,40m (uso externo)	Un	R\$ 31,00	70	R\$ 2.170,00
40	Rodo de pia, 14cm, plástico	Un	R\$ 10,80	70	R\$ 756,00
41	RODO pega fibra, com cabo alumínio 0,8mm, limpeza 360o (acompanha 10 fibras verde)	Un	R\$ 64,88	164	R\$ 10.640,32
42	CONTAINERS, 1.000 litros	Un	R\$ 1.560,20	12	R\$ 18.722,40
43	LAVADORA E SECADORA DE PISO (elétrica, reservatório para 50 litros) Modelo de referência: Lavadora Secadora de Piso Elétrica BD 50/50 Classic (marca: Karcher) dimensões aproximadas: 117x57x102,50 cm (C x L x Altura)	Un	R\$ 14.789,00	12	R\$ 177.468,00
44	LAVADORA E EXTRATORA profissional inox 50 litros 1400W	Un	R\$ 3.799,00	12	R\$ 45.588,00
45	PINÇA (VARA) DE PEGAR "LIXO", EM AÇO INOXIDÁVEL, COM CABEÇA DE BORRACHA giratória, cabo 85x15,00x3,00cm	Un	R\$ 100,73	37	R\$ 3.727,01
<b>Custo Total dos Equipamentos (R\$)</b>					<b>652.747,87</b>
<b>Valor da Manutenção Mensal (0,5%)</b>					<b>3.263,73</b>
<b>Valor de Depreciação Mensal (0,833%)</b>					<b>5.439,56</b>
<b>Total Manutenção + Depreciação Mensal (R\$)</b>					<b>R\$ 8.703,29</b>
<b>Número Total de funcionários do Contrato</b>					<b>164</b>
<b>(Total Manutenção + Depreciação Mensal (R\$))/funcionário</b>					<b>R\$ 53,06</b>

INSUMOS DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	ÁLCOOL GEL 70% (GALÃO DE 5 Litros) Gel à base de álcool hidratado a 70% INPM com ação antisséptica, transparente, incolor. Não tóxico. Seca rápido com hidratante. Aprovado pela ANVISA. Embalagem com frasco com capacidade de 5 litros, com válvula pump. Com as seguintes características: Aparência: Gel Límpido; Composição: Álcool etílico e água; Princípio Ativo: Álcool etílico 70%. Contendo informações do produto, dados do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade	Gl	RS 33,94	14	RS 475,16
2	ÁLCOOL LÍQUIDO 70% (GALÃO DE 5 Litros) Líquido à base de álcool hidratado a 70% INPM com ação antisséptica, transparente, incolor. Não tóxico. Aprovado pela ANVISA. Embalagem com frasco com capacidade de 5 litros. Com as seguintes características: Aparência: Líquido Límpido; Composição: Álcool etílico e água; Princípio Ativo: Álcool etílico 70%. Contendo informações do produto, dados do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade.	Gl	RS 31,08	17	RS 528,36
3	CERA LÍQUIDA (GALÃO DE 5L) Cera líquida incolor, tampa rosqueável, para ladrilhos e pisos laváveis, perfume floral, autobrilho e secagem rápida, dispensa uso de enceradeira.	Gl	RS 12,68	15	RS 190,20
4	DESINFETANTE CONCENTRADO (GALÃO DE 5L) 1:200 Desinfetante de alta diluição (1:200). Desinfetante à base de quaternário de amônio de baixa toxicidade. Eficaz, na redução do número de microrganismos, com classificação de desinfetante seguro por baixa toxicidade e por efeito microbicida rápido e de fácil manipulação e aplicação. Embalagem de 5 litros. Aroma: floral ou lavanda.	Gl	RS 52,15	17	RS 886,55
5	DESINFETANTE DILUÍDO (GALÃO DE 5L) Desinfetante, composição à base de quaternário de amônio, princípio ativo didicildimetilamônio + biguanida + tensoativos, teor ativo teor ativo cerca de 0,1%, forma física solução aquosa. Embalagem de 5L. Aroma: floral ou lavanda.	Gl	RS 11,34	14	RS 158,76
6	DESINFETANTE MULTIUSO (frasco de 500 ml) Desinfetante multi uso, sem enxágue, incolor, fragrância suave, indicado para limpeza e higienização. Frasco plástico resistente com 500 ml. Com tampa tipo flip top. Biodegradável. Composto por linear alquil benzeno sulfonato de sódio; Tensoativo não iônico; Alcalinizante; Sequestrante; solubilizante; Éter glicólico; Álcool; Perfume e água. Rótulo contendo informações do produto e dados do fabricante.	Un	RS 5,70	105	RS 598,50
7	DESODORIZADOR DE AR (spray) 360 ML Desodorizador de ar, não contendo CFC clorofluorcarbono, produto saneante notificado na ANVISA, purificador de ambientes em forma de aerosol, fragrância agradável. Na embalagem deverão constar informações do produto e dados do	Un	RS 7,21	170	RS 1.225,70
8	DETERGENTE (CAIXA COM 24 UNIDADES de 500ML cada) DETERGENTE NEUTRO OU CÓCO LÍQUIDO CONCENTRADO - Uso doméstico. Com pH 6,5 -7,5 ( produto puro), ponto de fulgor > 100° C, densidade (a 25°C) 1,02g/cm3, com solubilidade na água, c/ associação de tensoativos aniônicos entre 6 e 10% com coadjuvantes, com níveis reduzidos e aceitáveis de irritabilidade e toxicidade. Fórmula biodegradável > 95% sem formação excessiva de espuma. Apresentação: aspecto líquido viscoso transparente, cor amarelo, isento de fragrância. Características adicionais: Composição que proporciona economia e rendimento do produto. Aplicação: limpeza de louças, panelas e utensílios de cozinha, com alto poder de limpeza em sua composição garantindo a completa remoção de sujidades, sem danificar a pele dos usuários. Apresentação frasco anatômico com 500 ml, firme e fácil de usar. Registro no Ministério da Saúde. (CAIXA COM 24 UNIDADES)	CAIXA com 24 unidades	RS 50,04	160	RS 8.006,40
9	DETERGENTE CONCENTRADO - CHEF CLOR (GALÃO DE 5 L) 1:100 Detergente LÍQUIDO clorado, alcalino, com PH 11 a 14 indicado para higienização de piso, o produto deverá ter ação bactericida, remover gorduras, amido e resíduos de natureza proteica e conter sequestrantes para evitar incrustações de cálcio e outros minerais e apresentar baixo teor de espuma, acondicionado em galão de 5 litros (embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e nº de registro).	Gl	RS 61,58	17	RS 1.043,46
10	DETERGENTE CONCENTRADO - CHEF CLOR (GALÃO DE 5 L) 1:100 Detergente GEL clorado, alcalino, com PH 11 a 14 indicado para higienização de piso, o produto deverá ter ação bactericida, remover gorduras, amido e resíduos de natureza proteica e conter sequestrantes para evitar incrustações de cálcio e outros minerais e apresentar baixo teor de espuma, acondicionado em galão de 5 litros (embalagem com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e nº de registro).	Gl	RS 45,16	12	RS 541,92
11	DETERGENTE DILUIDO (GALÃO DE 5L) Detergente líquido, alcalino, clorado desincrustante de uso industrial concentrado, para limpeza pesada, hidróxido de sódio; hipocloreto de sódio, agente antidepositante tensoativo diluição de 1:20 teor de cloro ativo de 0,9 a 1,10%; PH (puro) 12 a 14. Aroma: neutro ou côco.	Gl	RS 17,35	24	RS 416,40
12	DISCO FIBRA ENCERADEIRA 350 MM Disco limpador 350 mm para enceradeira industrial, cor Branca - à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo unidos por adesivo sintético resistente a água, detergentes e outros limpadores normalmente empregados na manutenção dos pisos.	Un	RS 22,68	27	RS 612,36
13	DISCO FIBRA ENCERADEIRA 440 MM Disco limpador 440 mm para enceradeira industrial, cor VERDE - composto por não-tecido produzido de fibras sintéticas unidas por um adesivo sintético resistente à água, detergentes e limpadores normalmente usados para a manutenção do piso	Un	RS 29,22	27	RS 788,94
14	DISCO FIBRA ENCERADEIRA 440 MM Disco limpador 440 mm para enceradeira industrial, cor PRETO - composto por não-tecido produzido de fibras sintéticas unidas por um adesivo sintético resistente à água, detergentes e limpadores normalmente usados para a manutenção do piso.	Un	RS 29,22	27	RS 788,94
15	DISCO FIBRA ENCERADEIRA 440 MM Disco limpador 440 mm para enceradeira industrial, cor VERMELHO - composto por não-tecido produzido de fibras sintéticas unidas por um adesivo sintético resistente à água, detergentes e limpadores normalmente usados para a manutenção do piso	Un	RS 29,22	27	RS 788,94
16	ESPONJA DUPLA FACE Esponja limpeza, material espuma/ fibra sintética, formato retangular, abrasividade média, aplicação limpeza geral, características adicionais dupla face, comprimento mínimo 110 mm, largura mínima 75 mm, espessura mínima 20 mm. Embalada em pacote plástico contendo 01 unidade, gravado na embalagem informações sobre o produto. (PACOTE COM 4 UNIDADES)	Pacote com 4 unidades	RS 2,54	300	RS 762,00

INSUMOS DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
17	FIBRA Macia BRANCA de 102mmx260mm (PACOTE C/ 5 UNIDADES) Produto à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d'água, a base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d'água. Pacote com 5 fibras.	Pacote com 5 unidades	RS 12,38	100	RS 1.238,00
18	Fibra VERDE Limpeza Geral de 102mmx260mm (PACOTE C/ 5 UNIDADES) Indicada para limpeza geral de superfícies. Produto à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d'água. Pacote com 5 fibras.	Pacote com 5 unidades	RS 2,00	100	RS 200,00
19	FLANELA Flanela em 100% algodão, bordas "overlocadas" em linhas de algodão, dimensões mínima 50 x 50 cm para uso geral. Deverá constar etiqueta com a marca do produto.	Un	RS 1,67	300	RS 501,00
20	INSETICIDA (SPRAY) 360 ML Multi inseticida, tipo spray extermina qualquer tipo de inseto, não contendo CFC, embalagem não inferior a 360 ml. Embalagem contendo identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Indicado para controle de mosquitos (inclusive da dengue), moscas, baratas, formigas e aranhas, a base de água. O produto deverá ter registro na anvisa/ministério da saúde.	Un	RS 5,67	35	RS 198,45
21	LIMPA VIDRO DILUÍDO ( GALÃO DE 5 L) Limpa Vidro Diluído especificamente para limpar e proteger vidros, espelhos e superfícies vitrificadas em geral. Embalagem com frasco com capacidade de 5 litros. Biodegradável. Composto por Tensioativo aniônico, corante, sequestrante, umectante, solventes alcoólicos, preservante, essência e veículo aquoso. Com as seguintes características: Aspecto: Líquido;Odor: Característico. Rótulo com informações do produto e do fabricante	Un	RS 13,02	12	RS 156,24
22	LIMPA VIDRO CONCENTRADO ( GALÃO DE 5 L) Limpa Vidro Concentrado especificamente para limpar e proteger vidros, espelhos e superfícies vitrificadas em geral. Embalagem com frasco com capacidade de 5 litros. Biodegradável. Composto por Tensioativo aniônico, corante, sequestrante, umectante, solventes alcoólicos, preservante, essência e veículo aquoso. Com as seguinte características: Aspecto: Líquido ; Odor: Característico. Rótulo com informações do produto e do fabricante	Un	RS 60,05	12	RS 720,60
23	LIMPA PORCELANATO CONCENTRADO (GALÃO DE 5 L)	Un	RS 41,37	12	RS 496,44
24	LUSTRA MOVEIS (200 ML) Lustrador de móveis, componentes cera de carnaúba, perfume, monoestearato de glicerina, aroma floral, aplicação móveis envernizados e encerados, características adicionais embalagem descartável, aspecto físico líquido, acondicionado em frasco plástico de 200ml.	Un	RS 3,20	100	RS 320,00
25	LUVA DE PANO Luva segurança, material tricotada 4 fios algodão, tamanho único, aplicação proteção individual, características adicionais 100% algodão/sem costura, cor natural. Produto com C.A. (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho).	par	RS 2,05	150	RS 307,50
26	LUVA MUCAMBO Luva de segurança confeccionada em borracha com 100 % látex natural super reforçada, interior forrado em algodão flocado, antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e ponta dos dedos. Produto com C.A. (Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho).	par	RS 4,34	150	RS 651,00
27	LUVA RANHURADA LUVA, EXPURGO, LATEX, CANO LONGO, TAMANHO M Luva para limpeza/expurgo com cano longo, com ou sem ranhuras, altura do cotovelo, tamanho médio, comprimento mínimo de 40 cm, confeccionada em látex natural com revestimento interno de algodão ou clorinado, sem falhas, emendas ou furos, dotada de área palmar e digital antiderrapante, com formato anatômico e com espaços interdigitais estruturados para permitir adequada independência dos dedos e resistência adequada à sua finalidade. Punhos devidamente acabados, gravados com caracteres indelévels e nítidos o nome comercial da empresa fabricante ou nome do importador, o lote de fabricação e o número do CA	par	RS 6,41	150	RS 961,50
28	MÁSCARA FACIAL DESCARTÁVEL P/ LIMPEZA (PACOTE C/ 100 UNI) Máscara cirúrgica descartável, 100% polipropileno, com três pregas horizontais, constituída por 3 camadas de tecido não tecido capazes de atuar como barreira à microorganismos, com clip nasal embutido e flexível, permitindo perfeito ajuste anatômico, com quatro amarrilhas de aproximadamente 40cm cada para perfeita fixação ao rosto. tamanho aproximado de 9 cm x 18 cm. Pacote com 100un.	Un	RS 10,01	164	RS 1.641,64
29	NAFTALINA 30 GR Naftalina sólida, apresentada em embalagem plástica resistente e selada, com 30g do produto empastilhas. Rótulo com informações do produto e do fabricante.	Un	RS 1,99	150	RS 298,50
30	ÓLEO DE PEROBA 200 ML Óleo de peroba em frasco plástico contendo 200ml. Constando as seguintes informações no rótulo: Marca do fabricante, SAC, ml e composição.	Un	RS 6,27	150	RS 940,50
31	PALHA DE AÇO (PACOTE C/ 8 UNIDADES) Esponja de lã de aço para limpeza de painéis, talheres, louças, vidros e objetos de alumínio, composto de aço carbono de primeira qualidade. Biodegradável. Embalados em pacote plástico contendo 8 unidades, com peso líquido de 60g, no mínimo, por pacote. Rótulo com informações do produto e do fabricante	Pacote com 8 unidades	RS 1,97	150	RS 295,50

INSUMOS DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
32	PANO DE CHÃO DUPLO Pano de chão: pano confeccionado em tecido de 100% algodão, alvejado uniformemente, tamanho aproximado 42 x 66 cm, costurado/fechado tipo saco, esterilizado e livre de qualquer tipo de impureza e contaminação. O produto deverá possuir etiqueta com dados de identificação.	Pacote com 10 unidades	RS 27,62	17	RS 469,54
33	PANO MICROFIBRA Pano limpeza, material microfibra, comprimento 30 cm, largura 30 cm, características adicionais alto grau absorção, aplicação uso geral, tipo toalha. O produto deverá possuir etiqueta com dados de identificação. (PACOTE com 10 unidades).	Pacote com 10 unidades	RS 6,67	17	RS 113,39
34	PAPEL BOBINA TOALHA 20X100 M (PACOTE C/ 8 UND DE 100M) Papel toalha, gofrado, gramatura mínima 20 a 24g/m², em bobina, medindo 20 cm x 100m, fibras naturais, 100% celulose, não reciclado, alvura superior a 85%, absorção máxima de 70s, branca, embalado em plástico que possibilite a visualização do produto. (para uso no dispenser com acionador - banheiro)	Pacote com 8 unidades	RS 56,71	100	RS 5.671,00
35	PAPEL HIGIÊNICO (PACOTE C/ 4 UNIDADES, CADA UMA DE 30M) Papel higiênico, cor branca, gramatura mínima de 18 a 20g/m², folha simples, pct c/ 4 rolos, extravirgem (não reciclável), gofrado, picotado, rolo medida 30mx10cm, 100% fibra celulósica. (para uso em banheiro)	Pacote com 4 unidades	RS 3,55	400	RS 1.420,00
36	PAPEL HIGIÊNICO (ROLÃO BRANCO - 100%CELULOSE VIRGEM) FOLHA DUPLA 8 X 300 M (PACOTE C/ 8 UND DE 300M) Papel higiênico branco, gramatura mínima de 18 a 20g/m², folhas duplas, perfumado picotadas, testado dermatologicamente, extra macio.	Pacote com 8 unidades	RS 77,40	250	RS 19.350,00
37	PAPEL HIGIÊNICO (ROLÃO BRANCO - 100% CELULOSE VIRGEM) - CAI-CAI FOLHA DUPLA, obs. (cada caixa com 8.000 folhas)	Cx	RS 71,39	15	RS 1.070,85
38	HARPIC power plus 500ml	Un	RS 8,61	300	RS 2.583,00
39	REMOVEDOR DE CERA (GALÃO C/ 5 L) Removedor de cera concentrado para remoção de ceras acrílicas e seladoras de base aquosa em pisos laváveis. Deve possuir baixa formação de espuma, incolor	Gl	RS 13,34	15	RS 200,10
40	SABÃO EM BARRA (PACOTE DE 1 KG), cada unidade de 200 gramas Sabão em barra glicerinado, neutro, sem perfume algum, cada barra de 200 gramas, embalagem com 5 unidades, primeira linha.	Pacote	RS 3,97	25	RS 99,25
41	SABÃO EM PÓ (500 Gramas) Sabão em pó, multiuso, alvejante e desinfetante, embalagem em caixa de papelão com 500g contendo identificação do produto, marca do fabricante e prazo de validade.	Pacote	RS 3,34	280	RS 935,20
42	SABONETE LÍQUIDO ( GALÃO DE 5 L) Sabonete líquido, para higienização das mãos, galão com 5 litros. Especificações complementares: pronto para uso, pH neutro, com fragrância, aspecto físico cremoso perolado, totalmente solúvel em água. Registro/ notificação na Anvisa. Aparência perolado e perfumado, densidade mínima de 1,010- 1,015g/cm³, viscosidade 3.000 – 6.000 cps (viscosímetro fungilab visco basic spindle 4/20rpm. temp. a 20º a 25º).	Gl	RS 14,68	30	RS 440,40
43	SACO DE LIXO TRANSPARENTE 30 L (PACOTE C/ 100 UN) - SUSTENTABILIDADE	Pacote	RS 18,66	100	RS 1.866,00
44	SACO DE LIXO TRANSPARENTE 50L, reforçado (PACOTE C/ 100 UN) - SUSTENTABILIDADE	Pacote	RS 17,95	100	RS 1.795,00
45	SACO DE LIXO PRETO 50 L, reforçado (PACOTE C/ 100 UN) COPA	Pacote	RS 23,35	100	RS 2.335,00
46	SACO DE LIXO PRETO 100 L, reforçado (PACOTE C/ 100 UN) BANHEIROS	Pacote	RS 26,62	100	RS 2.662,00
47	SACO DE LIXO PRETO 30 L (PACOTE C/ 100 UN) BANHEIROS	Pacote	RS 12,01	100	RS 1.201,00
48	SACO DE LIXO VERDE 200L, reforçado (PACOTE C/ 100 UN) ÁREA EXTERNA	Pacote	RS 50,04	100	RS 5.004,00
49	SACO DE LIXO AZUL 30L, reforçado (PACOTE C/ 100 UN) ÁREA INTERNA	Pacote	RS 14,68	100	RS 1.468,00
50	SACO DE LIXO HOSPITALAR 50L, reforçado (PACOTE C/ 100 UN)	Pacote	RS 26,30	100	RS 2.630,00
51	SACO DE LIXO HOSPITALAR 100L, reforçado (PACOTE C/ 100 UN)	Pacote	RS 43,37	100	RS 4.337,00

INSUMOS DE LIMPEZA					
Item	Descrição	Unidade	VALOR UNITÁRIO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
52	LIMPA COURO em pasta opaca, 500 Gramas, para limpeza em corinos, courvins e poliuretano. Cor branca/creme, PH 7.0 - 8.5, solúvel em água. (limpador a seco).	Un	R\$ 20,01	30	R\$ 600,30
53	VASELINA LÍQUIDA industrial, 1 litro, para limpeza de elevadores	Un	R\$ 19,48	20	R\$ 389,60
54	SODA CAUSTICA DE 500 Gramas (soda cáustica em escamas, pote c/ 500 gramas)	Un	R\$ 1,27	12	R\$ 15,24
55	SAPONÁCIO CREMOSO, 5L	Galão com 5litros	R\$ 80,22	12	R\$ 962,64
56	SAPONACIO EM PÓ, 300gr	Un	R\$ 2,80	12	R\$ 33,60
57	Tela Tapete para mictório pacote com 5 unidades	Un	R\$ 21,35	100	R\$ 2.135,00
58	SABÃO NEUTRO INDUSTRIAL CONCENTRADO (detergente)	Galão com 5 litros	R\$ 53,88	20	R\$ 1.077,60
59	LIMPA INOX CONCENTRADO (GALÃO DE 5 L) Limpador para Inox Concentrado especificamente formulado para superfícies de aço inoxidável, tais como, refrigeradores, micro-ondas, coifas, elevadores, corrimão e outros aparelhos. Embalagem com frasco com capacidade de 5 litros. Biodegradável. Composto por Tensoativo aniônico, tensoativo anfótero, álcool etílico, coadjuvantes e veículo. Com as seguintes características: Aspecto: Líquido; Cor: Incolor; Odor: Característicos; Rótulo com informações do produto e do fabricante.	GL	R\$ 80,06	20	R\$ 1.601,20
60	Refil úmido para MOP em algodão	Un	R\$ 20,02	100	R\$ 2.002,00
61	Suporte plástico para Refil MOP úmido Azul	Un	R\$ 12,42	50	R\$ 621,00
62	Limpa telas e circuitos eletrônicos – uso profissional 5 Litros	Galão de 5 L	R\$ 92,67	22	R\$ 2.038,74
<b>Custo Total de Insumos Mensal (R\$)</b>					<b>R\$ 93.867,11</b>
<b>Número Total de funcionários do Contrato</b>					<b>164</b>
<b>Custo Total de Insumos Mensal por Empregado (R\$)</b>					<b>R\$ 572,36</b>

**JF ENGENHARIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA****12.891.300/0001-97****UNIFORME PARA CADA AGENTE DE LIMPEZA**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ANUAL	VALOR	VALOR TOTAL
A	BLUSA GOLA ESPORTE, DE GABARDINE, BRIM OU ALGODÃO, NAS CORES CINZA OU PRETA, COM ZÍPER OU BOTÕES NA FRENTE, DOIS BOLSOS NAS LATERAIS INFERIORES E EMBLEMADA EMPRESA NO LADO ESQUERDO SUPERIOR.	4	R\$ 37,00	R\$ 148,00
B	BOTA 07 LÉGUAS, CONFECCIONADA EM PVC. (PAR)	2	R\$ 40,00	R\$ 80,00
C	CALÇA COMPRIDA COM ZÍPER OU ELÁSTICO, DE GABARDINE, BRIM OU ALGODÃO, NAS CORES CINZA OU PRETA.	4	R\$ 50,00	R\$ 200,00
D	CRACHÁ DE POLIÉSTER / PVC	2	R\$ 8,00	R\$ 16,00
E	MEIA DE ALGODÃO OU POLIÉSTER, COR NEUTRA. (PAR)	4	R\$ 10,00	R\$ 40,00

<b>Custo Total Anual de Uniformes</b>	<b>R\$ 484,00</b>
---------------------------------------	-------------------

<b>Custo Total Mensal de Uniformes</b>	<b>R\$ 40,33</b>
--	------------------

**UNIFORME PARA ENCARGADO DE SERVICOS**

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. ANUAL	VALOR	VALOR TOTAL
A	CALÇA SOCIAL OXFORD, NAS CORES CINZA OU PRETA	4	R\$ 60,00	R\$ 240,00
B	CAMISA SOCIAL COM MANGA CURTA, COM EMBLEMA DA EMPRESA NO LADO ESQUERDO SUPERIOR.	4	R\$ 70,00	R\$ 280,00
C	CINTO SOCIAL	2	R\$ 25,00	R\$ 50,00
D	CRACHÁ DE POLIÉSTER / PVC	2	R\$ 8,00	R\$ 16,00
E	MEIA SOCIAL (PAR)	4	R\$ 15,00	R\$ 60,00
F	SAPATO SOCIAL PRETO (PAR)	2	R\$ 100,00	R\$ 200,00

<b>Custo Total Anual de Uniformes</b>	<b>R\$ 846,00</b>
---------------------------------------	-------------------

<b>Custo Total Mensal de Uniformes</b>	<b>R\$ 70,50</b>
--	------------------

**1 DADOS DA LICITANTE:**

Razão Social:	JF ENGENHARIA E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	CNPJ:	12.891.300/0001-97
Inscrição Estadual:	05.327.88-60		
Endereço Eletrônico:	www.jfengenharia.com		
Endereço completo:	Travessa General Rodrigo Otávio, 6488, Coroado	CEP:	69080-007
Site:			
Cidade/UF:	Manaus/Am		
Telefones:	(92) 3237-3877 / (92) 3071-6007		
Celular:	(92) 98814-6998		
Nome Representante:	Francisco Carvalho		
CPF Representante:	839.789.842-53		
E-MAIL:	fcarvalho@jfengenharia.com		

**2 DA PROPOSTA COMERCIAL:**

Ao  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025**

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta que tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, incluindo o fornecimento de mão de obra, insumos, materiais, ferramentas e equipamentos, aplicados aos móveis e imóveis das instalações prediais pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

TIPO DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (A)	PREÇO UNITÁRIO MENSAL (B)	VALOR MENSAL DO SERVIÇO (C) = (A)X(B)
Agente de Limpeza	Posto	164	R\$ 5.403,30	R\$ 886.141,20
Encarregado	Posto	7	R\$ 5.135,92	R\$ 35.951,44
<b>VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 922.092,64</b>
<b>VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 11.065.111,68</b>

**VALOR GLOBAL ANUAL: R\$11.065.111,68 (onze milhões, sessenta e cinco mil, cento e onze reais e sessenta e oito centavos).**

**Dados para identificação dos Sindicatos, Acordo, Convenções Coletivas ou Dissídios**

– **CCT REGISTRO Nº AM000578/2024**

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS

SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM

Aproveitamos para DECLARAR que:

a) Temos total conhecimento das condições da presente licitação e a elas nos submetemos para todos os fins de direito. Além do compromisso de concluir, completa e satisfatoriamente, o objeto contratado, assumindo toda a responsabilidade técnica sobre o fornecimento que vier a fazer.

b) No valor total de nossa proposta comercial estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da futura execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, transporte, carga e descarga, embalagem, taxas com desembarços, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias.

**Referências bancárias:**

BANCO SANTANDER

AG: 4411

CC: 13001113-6

Manaus, 31 de março 2025

Atenciosamente,

.....  
JF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

<b>Média Efetiva do Percentual Pago de COFINS e PIS</b>					
<b>Mês/Ano</b>	<b>COFINS</b>	<b>PIS</b>	<b>Faturamento do Mês</b>	<b>COFINS %</b>	<b>PIS%</b>
fev/24	R\$ 29.684,74	R\$ 6.444,71	R\$ 588.238,66	5,05%	1,10%
mar/24	R\$ 6.795,24	R\$ 1.475,28	R\$ 487.303,84	1,39%	0,30%
abr/24	R\$ 10.839,53	R\$ 2.353,32	R\$ 572.182,93	1,894%	0,41%
mai/24	-R\$ 2.854,39	-R\$ 619,71	R\$ 376.408,78	-0,76%	-0,16%
jun/24	-R\$ 5.392,16	-R\$ 1.170,67	R\$ 265.404,45	-2,03%	-0,44%
jul/24	-R\$ 32.143,01	-R\$ 6.978,42	R\$ 246.265,52	-13,05%	-2,83%
ago/24	-R\$ 42.996,93	-R\$ 9.334,86	R\$ 263.633,02	-16,31%	-3,54%
set/24	-R\$ 19.535,24	-R\$ 4.241,21	R\$ 541.794,70	-3,61%	-0,78%
out/24	R\$ 18.122,16	R\$ 3.934,42	R\$ 1.125.358,17	1,61%	0,35%
nov/24	R\$ 36.448,45	R\$ 7.913,15	R\$ 1.449.984,09	2,51%	0,55%
dez/24	R\$ 77.422,37	R\$ 16.808,80	R\$ 1.977.533,57	3,92%	0,85%
jan/25	R\$ 73.455,22	R\$ 15.947,93	R\$ 971.313,15	7,56%	1,64%
<b>Total</b>	<b>149.845,98</b>	<b>32.532,74</b>	<b>8.865.420,88</b>	<b>-11,82%</b>	<b>-2,57%</b>

<b>Média Anual COFINS</b>	<b>-0,985%</b>
<b>Média Anual PIS</b>	<b>-0,2139%</b>

**Observação:** o demonstrativo acima refere-se a média dos valores pagos de PIS e COFINS, já considerando as retenções e os créditos apurados.

MÉDIA APURAÇÕES PIS E COFINS  
1,65%

APURAÇÃO PIS

MÊS	RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR DO DÉBITO DO PIS NO MÊS	BASE DE CALCULO CREDITO NO MÊS	CONTRIBUIÇÃO APURADA	PIS RETIDO NO ORGÃO PÚBLICO	PIS A RECOLHER	ALÍQUOTA EFETIVA	MÉDIA ALIQUOTA
fev/24	R\$ 588.238,66	R\$ 9.705,94	197.650,03	R\$ 6.444,71	0,00	R\$ 6.444,71	1,10%	
mar/24	R\$ 487.303,84	R\$ 8.040,51	397.892,82	R\$ 1.475,28	0,00	R\$ 1.475,28	0,30%	
abr/24	R\$ 572.182,43	R\$ 9.441,01	429.557,55	R\$ 2.353,31	0,00	R\$ 2.353,31	0,41%	
mai/24	R\$ 376.408,78	R\$ 6.210,74	413.966,62	-R\$ 619,70	0,00	-R\$ 619,70	-0,16%	
jun/24	R\$ 265.404,45	R\$ 4.379,17	336.353,96	-R\$ 1.170,67	0,00	-R\$ 1.170,67	-0,44%	
jul/24	R\$ 246.265,52	R\$ 4.063,38	669.199,82	-R\$ 6.978,42	0,00	-R\$ 6.978,42	-2,83%	
ago/24	R\$ 263.633,02	R\$ 4.349,94	829.382,09	-R\$ 9.334,86	0,00	-R\$ 9.334,86	-3,54%	
set/24	R\$ 541.794,70	R\$ 8.939,61	798.837,33	-R\$ 4.241,20	0,00	-R\$ 4.241,20	-0,78%	
out/24	R\$ 1.125.358,17	R\$ 18.568,41	886.908,65	R\$ 3.934,42	0,00	R\$ 3.934,42	0,35%	
nov/24	R\$ 1.449.984,09	R\$ 23.924,74	970.399,21	R\$ 7.913,15	0,00	R\$ 7.913,15	0,55%	
dez/24	R\$ 1.977.533,57	R\$ 32.629,30	958.818,16	R\$ 16.808,80	0,00	R\$ 16.808,80	0,85%	
jan/25	R\$ 971.313,15	R\$ 16.026,67	966.514,45	R\$ 15.947,93	0,00	R\$ 15.947,93	1,64%	<b>-0,2123%</b>
média							-2,55%	

APURAÇÃO COFINS

MÊS	RECEITA TRIBUTÁRIA	VALOR DO DÉBITO DO COFINS NO MÊS	BASE DE CALCULO CREDITO NO MÊS	CONTRIBUIÇÃO APURADA	COFINS RETIDO NO ORGÃO PÚBLICO	COFINS A RECOLHER	ALÍQUOTA EFETIVA	MÉDIA ALIQUOTA
fev/24	R\$ 588.238,66	R\$ 44.706,14	197.650,03	R\$ 29.684,74	R\$ -	29.684,74	5,05%	
mar/24	R\$ 487.303,84	R\$ 37.035,09	397.892,82	R\$ 6.795,24	R\$ -	6.795,24	1,39%	
abr/24	R\$ 572.182,93	R\$ 43.485,90	429.557,55	R\$ 10.839,53	R\$ -	10.839,53	1,89%	
mai/24	R\$ 376.408,78	R\$ 28.607,07	413.966,62	-R\$ 2.854,39	R\$ -	-2.854,39	-0,76%	
jun/24	R\$ 265.404,45	R\$ 20.170,74	336.353,96	-R\$ 5.392,16	R\$ -	-5.392,16	-2,03%	
jul/24	R\$ 246.265,52	R\$ 18.716,18	669.199,82	-R\$ 32.143,01	R\$ -	-32.143,01	-13,05%	
ago/24	R\$ 263.633,02	R\$ 20.036,11	829.382,09	-R\$ 42.996,93	R\$ -	-42.996,93	-16,31%	
set/24	R\$ 541.794,70	R\$ 41.176,40	798.837,33	-R\$ 19.535,24	R\$ -	-19.535,24	-3,61%	
out/24	R\$ 1.125.358,17	R\$ 85.527,22	886.908,65	R\$ 18.122,16	R\$ -	18.122,16	1,61%	
nov/24	R\$ 1.449.984,09	R\$ 110.198,79	970.399,21	R\$ 36.448,45	R\$ -	36.448,45	2,51%	
dez/24	R\$ 1.977.533,57	R\$ 150.292,55	958.818,16	R\$ 77.422,37	R\$ -	77.422,37	3,92%	
jan/25	R\$ 971.313,15	R\$ 73.819,80	966.514,45	R\$ 73.455,22	R\$ -	73.455,22	7,56%	<b>-0,985%</b>
média							-11,82%	



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

### PARECER - TJ/AM/AJAP/TJ

Tratam os autos de processo administrativo para a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de jardinagem.

Vieram os autos a esta Assessoria para manifestação acerca da proposta da empresa JF, notadamente quanto às alíquotas aplicadas de PIS/COFINS.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente parecer fará a análise estritamente jurídica, possuindo caráter opinativo, e abrangendo tão somente os aspectos legais e formais para a regular instrução processual.

Vieram os autos para manifestação acerca da proposta da empresa JF (id 1827116).

O PIS/COFINS pode ser pago no Regime Cumulativo ou Não Cumulativo. A principal diferença entre o regime cumulativo e não cumulativo é a forma de tributação. O imposto cumulativo é referente ao regime de tributação do Lucro Presumido, enquanto o imposto não cumulativo refere-se ao regime de Lucro Real.

A empresa JF Tecnologia indica em sua proposta (id 1827116) que está submetida à apuração sob o regime de Lucro Real, logo, paga o PIS/COFINS pelo regime Não Cumulativo.

No Regime Não Cumulativo, poderão ser descontados créditos das aquisições efetuadas no mês, de pessoas jurídicas domiciliadas no país, de bens e serviços, utilizados como insumo na prestação de serviços e na fabricação ou produção de bens ou produtos destinados à venda, inclusive combustíveis e lubrificantes.

Conforme o Artigo "Orientações sobre PIS e COFINS em contratações de prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra", da Secretaria de Gestão do Governo Federal, as empresas submetidas ao Lucro Real sofrem incidência de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS) mas que, por poderem tais empresas abaterem créditos apurados, acabam pagando efetivamente alíquota diferente à alíquota legal estipulada:

A Secretaria de Gestão orienta os órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais (Sisg) sobre o **aproveitamento de créditos tributários nas contratações de prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, celebradas com empresas optantes pelo regime de lucro real (com direito à incidência não cumulativa de contribuições ao PIS e COFINS).**

Na elaboração dos termos de referência e editais, os órgãos e entidades deverão exigir que os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, cotem na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

Isso porque as empresas submetidas a tal regime, conforme normativos vigentes(1), podem realizar o abatimento de créditos apurados com base em custos, despesas e encargos, tais como insumos, alugueis de máquinas e equipamentos, vale transporte, dentre outros, fazendo com que os valores dos tributos efetivamente recolhidos sejam inferiores às alíquotas de 1,65% (PIS) e 7,60% (COFINS).

Para a **comprovação** das alíquotas médias efetivas, poderão ser exigidos os documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS **dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro meio hábil, em que seja possível demonstrar as alíquotas médias efetivas.**

A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual a fim de se promover os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos de PIS e COFINS. (url: <https://www.gov.br/compras/pt-br/agente-publico/orientacoes-e-procedimentos/19-orientacoes-sobre-pis-e-cofins-em-contratacoes-de-prestacao-de-servicos-com-dedicacao-exclusiva-de-mao-de-obra>)

A SECOF em sua Informação (id 1836755) traz entendimento consoante:

Em atendimento ao encaminhamento TJ/AM/SECOP/COLIC ([1829017](#)), informamos que a legislação vigente aponta as alíquotas de 1,65% PIS e 7,6% COFINS para empresas que apuram tal contribuição pela forma não-cumulativa, conforme art. 2º da lei nº 10.637, de 30 de Dezembro de 2002 e Art. 2º da lei 10.833, de 29 de Dezembro de 2003.

#### Capítulo I

#### DA COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DO PIS E DO PASEP

Art. 2º Para determinação do valor da contribuição para o PIS/Pasep aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento).

#### CAPÍTULO I

## DA COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DA COFINS

Art. 2º Para determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento).

Ocorre que na incidência dessas contribuições de forma não-cumulativa admite-se a compensação de créditos previstos na legislação mencionada, que na prática podem reduzir tal percentual. Entende-se que a empresa demonstrou tal redução através dos recibos da declaração acessória SPED Contribuições entregue a Receita Federal do Brasil (RFB), conforme página 47 da proposta apresentada (1827116), ou seja, a empresa não vem recolhendo tal contribuições por possuir créditos, retenções e outras deduções e na prática a média efetiva do percentual pago das contribuições ficou evidenciado no mapa de apurações da página 4 da proposta (1827116).

Cabe aqui fazer algumas ponderações.

A IN 1234/2012 traz entre suas disposições a necessidade de recolhimento de tributos incidentes efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, inclusive em relação à Administração Pública direta dos Estados.

Entretanto, o art. 2º-A dispõe que incumbe aos órgãos estaduais o recolhimento do imposto sobre a renda, não incluindo o PIS/COFINS:

Art. 2º-A. Os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. ([Incluído\(a\) pelo\(a\) Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023](#))

Voltando ao caso em tela, a submissão da empresa à tributação do lucro real confere o direito ao crédito do PIS/COFINS embutidos no preço de matérias-primas e alguns outros insumos. Ou seja, a não cumulatividade no recolhimento do PIS e COFINS permite às empresas o abatimento de determinadas despesas e encargos da pessoa jurídica. Por conseguinte, a alíquota a ser devida efetivamente pela empresa submetida à não cumulatividade do PIS e COFINS (lucro real) pode ser inferior à alíquota prevista, que é de 1,65% e 7.60%, respectivamente, dependendo da estrutura operacional da empresa e do objeto contratado.

A proposta da empresa JF (id 1827116) traz documentação comprovante dos débitos e créditos apurados, especialmente os EFDs juntados a sua proposta.

Em caso análogo, em licitação para contratação de empresa para prestação de serviço de condução de veículos da Presidência da República, houve Decisão em recurso que entendeu pela possibilidade de previsão de estipulação de alíquota diferenciada para empresas submetidas ao regime de Lucro Real:

Assunto: Decisão de Recurso

Referência: PE 029/2016 – SA – tem por objeto a seleção e contratação de empresa para prestação de serviço de condução de veículos pertencentes à frota da Presidência da República, por meio de motoristas executivos, no Distrito Federal e Região do Entorno.

Processo: 00087.000591/2016-88.

Trata-se de recurso impetrado pela empresa NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o número 07.056.444/0001-98, sediada na Av. Rio Branco, 109, salas 1501/1502, Centro, Rio de Janeiro-RJ, contra o ato do Pregoeiro que classificou a proposta da empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o número 01.588.672/0001-22, sediada no SCS Quadra 02 Bloco C, Lote 22, Salas 506/507, Edifício Serra Dourada – Brasília-DF, no âmbito do Pregão Eletrônico, nº 029/2016-SA.

As razões de recurso foram interpostas tempestivamente e encontram-se disponíveis nos sítios [www.sg.gov.br/ acesso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/licitacoes](http://www.sg.gov.br/ acesso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/licitacoes) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

(...)

### 2. Do Recurso

Em sua peça recursal, a Recorrente NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA consigna em apertada síntese que:

(...)

Insurgindo-se contra a Decisão prolatada que acolheu a proposta da licitante PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA., a qual resta flagrantemente inexecutível como será demonstrado a seguir.

### DOS FATOS

Dentre as informações e regras fixadas pelo Edital, destacamos, para efeito desta abordagem, aquelas que versavam sobre a consideração de todos os custos previstos na especificação dos serviços, no Termo de Referência e na legislação em vigor, sobretudo a Tributária.

Preliminarmente esclareça-se que, em face da disponibilidade das informações que consubstanciam as planilhas de custos da licitante PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. se foi possível analisar os custos considerados pela licitante e concluir que a carga tributária total de 8,65% é composta pelo ISSQN de 5% (Distrito Federal) e pelas alíquotas CUMULATIVAS do PIS e da COFINS, respectivamente 0,65% e 3%, nos termos das leis 10.637/2002 e 10.833/2003.

Considerando-se que o objeto do Pregão envolve serviços de para condução de veículos para a Presidência da República (motoristas profissionais), constata-se que a consideração de alíquotas CUMULATIVAS de PIS e COFINS pela licitante PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. sugere, inexoravelmente, que a licitante, na qualidade de contribuinte, apura o IRPJ sob o regime de LUCRO PRESUMIDO, nos termos da lei 9.249/95.

(...)

Verifica-se que a Decisão do Sr. Pregoeiro está em franca oposição às regras fixadas pelo Edital e pelo conjunto normativo regente, haja vista que a planilha de custos apresentada pela PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. possui vício insanável correspondente a precariedade dos valores considerados a título de BDI (Lucro e Despesas Administrativas) para suportar as exações de IRPJ e CSLL conforme determina a legislação vigente, em especial a Lei 9.249/95 e SOLUÇÕES DE CONSULTA expedidas pela SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.

Por todo o exposto, constata-se que a Decisão levada a efeito por V.Sa. não está em harmonia com as regras e condições fixadas pela legislação vigente, razão pela qual impende sua reforma.

Caso não seja esse o entendimento de V.Sa., rogamos para que o presente Recurso Administrativo seja encaminhado à autoridade competente na forma do §4º, I, do Art.109 da Lei 8.666/93, para que o aprecie e, ao final, lhe dê provimento para anular a Decisão que acolheu a proposta comercial apresentada pela PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

(...)

### 3. Das Contrarrazões de Recurso

A empresa Recorrida, PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, apresentou sua contrarrazão ao Recurso impetrado pela

empresa NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, nos seguintes termos. (em síntese):

(...)

A empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA ME, já devidamente qualificada nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com base no art. 40, XVIII da Lei 10.520/2002, bem como item 13 (treze), subitem 13.4 (treze ponto quatro) do edital de pregão eletrônico 0029/2016 e lei 8.666/93, apresentar, CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, já devidamente qualificada no certame em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que se seguem:

(...)

A alegação de inexecuibilidade de preços ofertados pela licitante vencedora, seu simples acolhimento seria temerário, pois nota-se que muitas empresas sequer entende o que é vender para o governo a Recorrida não está preocupada de discutir aqui ampliação ou redução de custos, mas, sim, de aplicar o princípio segundo o qual a ninguém é dado se locupletar com o trabalho alheio; tanto mais a Administração Pública, eis que tem por corolário a observância restrita ao princípio da legalidade. A diferença entre o valor ofertado e a estimativa desta Secretaria é de apenas 1,24%. E ainda, a exequibilidade adentra a esfera administrativa interna de cada empresa que, em razão de sua infraestrutura, disponibilidade de pessoal, insumos e outros, pode reduzir custos e despesas sem caracterizar a inexecuibilidade de seus preços.

Com relação aos encargos sociais e tributos, estes foram plenamente atendidos, estando de acordo com as normas pertinentes a matéria, em especial a IN 02/2008 e alterações posteriores, com as exigências estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho, bem como, foram formalizados de acordo com a planilha anexa ao Edital.

(...)

Em certames licitatórios, pouco importa os percentuais de PIS e COFINS informados pelas licitantes, uma vez que independentemente dos percentuais cotados, as empresas terão de prestar contas diretamente à Receita Federal do Brasil – RFB.

De igual modo, percentuais tributários não podem ser pré-fixados objetivamente no instrumento convocatório, porquanto muitos deles, especialmente em relação àqueles denominados personalíssimos, tais como Imposto de Renda, CSLL, têm custos variáveis e dependem do resultado financeiro de cada empresa. Nessa esteira, por ser tributos de natureza personalíssima, oneram tão-somente o contratado, não sendo repassado a contratante.

(...)

É que a cotação de tributos representa custo variável e dependerá o resultado financeiro e do balanço de cada empresa, não podendo a Administração se apegar a estas questões por ocasião do julgamento das propostas – exegese do artigo 29 – A, §3º, inc. IV da IN 02/2008: Art. 29-A [omissis] § 3º É vedado ao órgão ou entidade contratante fazer ingerências na formação de preços privados, por meio da proibição de inserção de custos ou exigência de custos mínimos que não estejam diretamente relacionados à exequibilidade dos serviços e materiais ou decorram de encargos legais, tais como:

(...)

O Tribunal de Contas da União tem rechaçado a prática muito comum em editais, no que toca à fixação de percentuais de tributos. Isso porque, determinados tributos, tais como PIS COFINS, Imposto de Renda jurídica, tem natureza personalíssima, e podem variar de acordo com regime de incidência e tipo de tributação. A Corte Superior de Contas já deixou assentado:

(...)

Não cabe fixar em editais de licitação as alíquotas do PIS/FINSOCIAL, COFINS e Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, haja vista que as bases de cálculo e alíquotas podem ser alteradas de acordo com o regime de incidência e tipo de tributação. Acórdão 3090/2009:

(...)

De acordo com o § 5º do art. 2º da IN/SRF n. 480/2004, as alíquotas de 3,0% (três por cento) e de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) aplicam-se inclusive na hipótese de as receitas de fornecimento de bens ou de prestação de serviços estarem sujeitas ao regime de não-cumulatividade da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, próprias do regime de tributação pelo lucro real, ou aos regimes de alíquotas diferenciadas, grifamos;

Na espécie, a Recorrida segue com sua tributação, conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.234/2012. Ou seja, independente do regime de tributação da empresa (Lucro Real ou Lucro Presumido), os percentuais PIS e COFINS serão retidos nos percentuais de 0,65% e 3,0%, respectivamente. Nessa toada, o artigo 64 §3º da Lei 9.430/96 preceitua que: Lei n.º 9.430/96

Art. 64º. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP. (sem grifos no original)

§ 3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições. (sem grifos no original)

O mesmo restou disposto pelas Leis, 10.637/2002 que dispõe sobre a contribuição PIS/PASEP e 10.833/2003 que dispõe sobre a COFINS, estabelecem que: Lei n.º 10.637/2002 Art. 4º O contribuinte da contribuição para o PIS/PASEP é a pessoa jurídica que auferir as receitas a que se refere o art. 1º. Lei nº 10.833/2003

Art. 5º O contribuinte da COFINS é a pessoa jurídica que auferir as receitas a que se refere o art. 1º.

Art. 36. Os valores retidos na forma dos arts. 30, 33 e 34 serão considerados como antecipação do que for devido pelo contribuinte que sofreu a retenção, em relação ao imposto de renda e às respectivas contribuições.

Daí a impropriedade das razões da empresa Recorrente. A distinção entre empresas tributadas pelo lucro real ou presumido, para fins de cotação de tributos PIS e COFINS, é impertinente. Isso porque, independentemente do regime tributário da empresa, aqueles tributos (PIS/COFINS) serão retidos na fonte pelo órgão contratante e compensados futuramente, configurando antecipação de receita, sendo os percentuais fixados objetivamente na IN/RFB 1.234/2012, ou seja, 3,0% para COFINS e 0,65% para PIS/PASEP.

Há que se esclarecer que as planilhas de custos e formação de preços, como o próprio nome diz, servem de base para que as licitantes calculem seus custos e possam formular o preço a ser ofertado no certame licitatório.

O fato de na planilha constar percentuais de tributos a serem retidos e/ou recolhidos em valor menor que o real, não implica que a licitante fará o recolhimento de tais tributos no percentual ali previsto. O valor de qualquer tributo decorre da Lei e a empresa fica obrigada a cumpri-la independentemente do percentual cotado em sua proposta. Como o preço ofertado não pode ser majorado quando da prestação do serviço contratado, a consequência da cotação de tributos em percentuais inferiores ao da previsão legal é a redução da margem de lucro da prestadora do serviço.

Daí se segue que não podem ser exigidos dos licitantes, valores diferentes do previsto para retenção, que caracteriza como uma antecipação de receita, contida na Instrução Normativa SRF 1.234, de 11 de Janeiro de 2012, nos percentuais de 3% e 0,65%, para COFINS e PIS, respectivamente. Entendimento diferente caracterizaria infringência ao princípio da isonomia e da legalidade. Além disso, o percentual de imposto depende do resultado financeiro da empresa que somente será auferido no final de cada exercício financeiro. Portanto, é subjetivo de cada empresa, tendo caráter personalíssimo. E por assim ser, não podem constar no edital de licitação como critério de julgamento e de aceitabilidade de proposta, os percentuais incidentes e nem o regime de tributação.

(...)

#### DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, requer a PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS o não conhecimento e conseqüente não recebimento do recurso impetrado pela Recorrente, e adjudicar o objeto à Recorrida como ato da mais lúdima Justiça! Nestes Termos, Pede e espera deferimento.

(...)

#### 4. Da Análise

Primeiramente, cabe registrar que a licitação em tela foi conduzida em estrita observância aos trâmites processuais, com o cumprimento dos prazos legalmente estabelecidos para cada uma das fases do processo licitatório, inclusive conferindo aos licitantes o direito à impugnação do instrumento convocatório.

##### a) Da inexecuibilidade da proposta

A Recorrente alega a questão da inexecuibilidade da proposta de preços ofertados pela licitante declarada vencedora, seu simples acolhimento seria temerário. A exequibilidade adentra a esfera administrativa interna de cada empresa que, em razão de infraestrutura, estoque, disponibilidade de pessoal, insumos e outros, podem reduzir custos e despesas sem caracterizar-se a inexecuibilidade de seus preços.

Ademais, o juízo de inexecutabilidade de uma proposta não é absoluto, mas admite demonstração em contrário. Isso, porque não se pode descartar a possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de executabilidade estimado pelo contratante.

(...)

c) Regime de tributação com base no lucro real

O regime de tributação com base no lucro real tem como base de cálculo o imposto sobre a renda apurada segundo registros contábeis e fiscais efetuados sistematicamente de acordo com as leis comerciais e fiscais.

A apuração do lucro real é feita na parte A do Livro de Apuração do Lucro Real, mediante adições e exclusões ao lucro líquido do período de apuração (trimestral ou anual) do imposto e compensações de prejuízos fiscais autorizadas pela legislação do imposto de renda, de acordo com as determinações contidas na Instrução Normativa SRF nº 28, de 1978, e demais atos legais e infralegais posteriores.

Estão obrigadas ao regime de tributação com base no lucro real, em cada ano-calendário, as pessoas jurídicas:

a) Cujas receitas totais, ou seja, o somatório da receita bruta mensal, das demais receitas e ganhos de capital, dos ganhos líquidos obtidos em operações realizadas nos mercados de renda variável e dos rendimentos nominais produzidos por aplicações financeiras de renda fixa, da parcela das receitas auferidas nas exportações às pessoas vinculadas ou aos países com tributação favorecida que exceder ao valor já apropriado na escrituração da empresa, na forma da Instrução Normativa SRF nº 38, de 1997, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais) ou de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) multiplicados pelo número de meses do período, quando inferior a doze meses. Cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta. Que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior.

b) Que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou à redução do imposto.

c) Que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal do imposto de renda, determinado sobre a base de cálculo estimada, na forma do art. 2º da Lei nº 9.430, de 1996.

d) Que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

As alíquotas para fins de cálculo dos tributos sob o regime de lucro real são dadas a seguir: COFIN S – 7,60%, PIS – 1,65%. A alíquota do PIS/PASEP, de 1,65%, tem como fundamento legal a Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002. Entretanto, de forma análoga, deve-se observar as exceções previstas naquele instrumento legal, uma vez que a referida alíquota não se aplica a todas as empresas.

Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002:

Art. 2º Para determinação do valor da contribuição para o PIS/PASEP aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada, conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 1,65% (um vírgula sessenta e cinco por cento).

A alíquota do COFINS, de 7,60%, tem como fundamento legal a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Entretanto, devem-se observar as exceções previstas naquele instrumento legal, uma vez que a referida alíquota não se aplica a todas as empresas.

Art. 2º Para determinação do valor da COFINS, aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada, conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6% (sete vírgula seis por cento).

(...)

Ainda sobre regime de tributação, lucro real ou presumido, há o seguinte entendimento do Tribunal de Contas da União, transcrito do Acórdão 410/2008 – Plenário:

10. Submetidos os autos à 5ª Secex, o analista designado para o feito formulou análise nos seguintes termos: 4. ANÁLISE DO PEDIDO

4.1. Haja vista as alegações trazidas à apreciação desta Egrégia Corte de Contas pela empresa SERVEGEL, concluímos que o cerne da questão em discussão está em esclarecer se, à vista da legislação tributária vigente, o descumprimento do subitem 4.2.7 do edital do Pregão Presencial n.º 4/2008 é elemento suficiente para a desclassificação da proposta apresentada pela licitante no certame.

4.2. Conforme visto, o item 4.2.7 do edital do Pregão Presencial n.º 4/2008 exige que o licitante, na apresentação da proposta de preços, informe e comprove qualquer situação que permita cobrança diferenciada de tributos, ao tempo em que exemplifica como situação de comprovação a declaração do IRPJ comprovando lucro presumido no caso da COFINS.

4.3. Nesse ponto, vale esclarecer o que seja lucro presumido e, por extensão, lucro real, conceitos necessários à melhor compreensão da matéria. Lucro presumido é regime de tributação onde a base de cálculo é obtida por meio de aplicação de percentual definido em lei, sobre a receita bruta. Como o próprio nome diz, trata-se de presunção de lucro. O PIS e a COFINS, tributos considerados no caso em análise, são cumulativos e incidem com a aplicação de um determinado percentual sobre as receitas (0,65% para o PIS e 3,00% para a COFINS). Já no lucro real, o PIS e a COFINS são apurados de forma não cumulativa, ou seja, com o abatimento de alguns custos e despesas das receitas. Sobre esse resultado, aplica-se um percentual de alíquota (1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS), que resulta no valor a pagar.

4.4. Destarte o exposto, a SERVEGEL, empresa tributada pelo regime do lucro real e, portanto, sujeita, em regra, à incidência não cumulativa do PIS/PASEP e da COFINS, subordinando-se às alíquotas de contribuição de, respectivamente, 1,65% e 7,6%, apresentou proposta ao Pregão Presencial n.º 4/2008 utilizando-se das alíquotas de contribuição do PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (3,00%) próprias das empresas tributadas pelo regime do lucro presumido, sem comprovar, nos termos do item 4.2.7 do edital, qualquer situação que permitisse a cobrança diferenciada dos tributos.

4.8. Diante do exposto, consultamos a legislação referenciada pela representante e constatamos o seguinte:

a) Nos termos do art. 10, inciso VII, alínea “b”, da Lei n.º 10.833/2003 e do art. 8º, inciso VII, alínea “b”, da Lei n.º 10.637/2002, as pessoas jurídicas, ainda que sujeitas à incidência não cumulativa (tributação pelo lucro real), permanecem subordinadas às normas vigentes anteriormente a essas leis, sujeitando à incidência cumulativa (tributação pelo lucro presumido) as receitas decorrentes das operações sujeitas à substituição tributária da contribuição da COFINS e do PIS/PASEP.

Desta forma, conclui-se que a interpretação dada pela recorrente é equivocada, quanto ao requerimento da aplicabilidade do disposto no inciso III, “a” do § 1º art. 15 da Lei 9.249/95 que estabelece base cálculo de 32% para prestação de serviços em geral.

(...)

Nesta seara, fundamentado no princípio da legalidade, a pessoa jurídica de direito público fica obrigada a reter na fonte o pagamento por prestação de serviços, conforme preceituado na Lei 9.430/96, art. 64 e parágrafos, verbis:

(...)

**Art. 64. Os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP.**

**§1º A obrigação pela retenção é do órgão ou entidade que efetuar o pagamento.**

**§2º O valor retido, correspondente a cada tributo ou contribuição, será levado a crédito da respectiva conta de receita da União.**

**§ 3º O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições.**

**§ 4º O valor retido correspondente ao imposto de renda e a cada contribuição social somente poderá ser compensado com o que for devido em relação à mesma espécie de imposto ou contribuição.**

(...)

A seu turno, a Lei 10.833/2003, que versa sobre a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, prevê expressamente sua incidência não-cumulativa, INDEPENDENTEMENTE DE SUA DENOMINAÇÃO OU CLASSIFICAÇÃO CONTÁBIL – art. 1º, verbis:

(...)

Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, com a incidência não-cumulativa, tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil.

(...)

A Lei 10.637/2002 que dispõe sobre a contribuição do PIS/PASEP segue a mesma sorte da lei supracitada. Então vejamos: Art. 1º “A contribuição para o PIS/Pasep tem como fato gerador o faturamento mensal, assim entendido o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independentemente de sua denominação ou classificação contábil”.

Desta forma, as Contribuições para Financiamento da Seguridade Social bem assim PIS/PASEP tem incidência não cumulativa, independentemente do regime contábil da empresa e serão retidos na fonte pelas pessoas jurídicas de direito público que poderão ser compensadas pelas prestadoras de serviços futuramente quando da declaração de Imposto de Renda perante a Receita Federal, com base no faturamento apurado no final de cada exercício.

**Diante do exposto, verifica-se, portanto, que não existe irregularidade na aceitação da proposta de preços da empresa declarada vencedora, mormente no que toca a cotação do PIS e COFINS, nos percentuais de 0,65% e 3,00%, pois, que, aquela procedeu em conformidade com o que dispõe a legislação aplicável, valendo-se do Instituto da Retenção, nos moldes preconizados pela Lei 9.430/96 c/c Lei 10.637/2002 c/c 10.833/2003 c/c IN 480, 539 e 1.234/2012 da SRF.**

**Além disso, o percentual de imposto depende do resultado financeiro da empresa que somente será auferido no final de cada exercício financeiro. Portanto, é subjetivo de cada empresa. E, por este motivo não pode constar no edital de licitação como critério de julgamento e de aceitabilidade de proposta de preços os percentuais incidentes e nem o regime de tributação de cada licitante.**

**Deste modo, não vislumbramos prejuízos ao direito de terceiros nem mesmo ao princípio da isonomia, porquanto tributada pelo lucro real ou pelo lucro presumido, a entidade pública, esteja ela investida na qualidade de substituto tributário ou como múnus público, deve reter na fonte 3,00 para COFINS e 0,65 para PIS/PASEP por expressa outorga legal. Posteriormente, no final do exercício financeiro, terá que prestar contas ao órgão fiscalizador, isto é, a Receita Federal, podendo fazer as compensações devidas, ou pagar eventuais diferenças.**

Nesse sentido, em se tratando de serviços prestados a entidade pública, a retenção se faz na fonte.

Destaque para o (Acórdão 3090/2009 da lavra do Eminentíssimo Ministro Benjamin Zymler)

“REPRESENTAÇÃO. CÂMARA DOS DEPUTADOS. SUPOSTAS IRREGULARIDADES EM PREGÃO ELETRÔNICO. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DE ELEVADORES. CLASSIFICAÇÃO INDEVIDA DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME. NÃO ATENDIMENTO A ALGUNS DOS REQUISITOS DO EDITAL. COTAÇÃO DE PREÇO DE AUXÍLIO-TRANSPORTE INCOMPATÍVEL COM A REALIDADE LOCAL. APRESENTAÇÃO DE ALÍQUOTAS RELATIVAS A PIS/COFINS NÃO COMPATÍVEIS COM O REGIME TRIBUTÁRIO DA EMPRESA. AUSÊNCIA DE CARACTERIZAÇÃO DE ILEGALIDADES QUE OBSTEM A CONTINUIDADE DO CERTAME E DO CONTRATO DELE DECORRENTE. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO”

Por fim, vale destacar a o AGRAVO DE INSTRUÇÃO Nº 0068262-17.2012.4.01.0000/MG – proferido pelo Poder Judiciário – Tribunal Regional Federal da Primeira Região, sobre o assunto em discussão, em verbis:

(...)

Destarte, não se pode negar ao contribuinte o direito de lançar alíquotas de 0,65% e 3,00% às contribuições ao PIS e Confins nas propostas elaboradas para pregão eletrônico visando à prestação de serviços a entes públicos, já que tais percentuais são os que imediatamente incidem há hipótese, por meio de retenção na fonte pagadora.

**Se outro percentual da contribuição advier à pessoa jurídica quando da apuração contábil do exercício financeiro a proposta e tampouco o encargo da Administração Pública, conforme já assentado. É ônus a ser suportado pela licitante e o fato não conduz ao reajuste do preço ou equilíbrio contratual.**

(...)

Diante de todo o exposto, estando à proposta de preços, bem como a planilha de custos e formação de preços e os documentos de habilitação da empresa declara vencedora em estrita conformidade com o edital e seus anexos, não resta outra conduta ao pregoeiro senão manter seu aceite e a respectiva habilitação da empresa. Vê-se, portanto, que a pretensão formulada pela recorrente está em total desconexão com a legislação em vigor e assente jurisprudência.

Na oportunidade, vale destacar o valor estimado da contratação que é de R\$ 1.406.691,60 (um milhão, quatrocentos e seis mil, seiscentos e noventa e um reais e sessenta centavos), em face do valor do lance ofertado/negociado apresentado pela empresa PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – ME, de R\$ 1.101.795,60 (um milhão, cento e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos), primeira colocada na fase de lances dentre as participantes. O que corresponde a uma redução de aproximadamente 22% (vinte e dois por cento) do valor estimado.

#### 4. Da Conclusão

Em razão dos fatos registrados no Recurso, CONHEÇO o recurso interposto pela empresa NOVA LOCAL RIO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, por ser tempestivo e estar nos moldes legais para, no mérito, julgar IMPROCEDENTE, com base nos procedimentos estabelecidos pelo Edital do Pregão Eletrônico nº 029/2016-AS, na legislação que rege a matéria e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, MANTENDO a decisão de habilitação e classificação da licitante PREMIERE CONSULTORIA E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – ME e, conseqüentemente, declarando-a vencedora do certame.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Coordenação de Licitação, Anexo III, Ala “A” do Palácio do Planalto, Sala 205, em Brasília - DF, nos dias úteis, no horário de 9h às 12h e de 14h às 17h horas. Esta decisão de recurso encontra-se disponível nos sítios: [www.sg.gov.br/ acesso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/licitacoes](http://www.sg.gov.br/ acesso-a-informacao/licitacoes-contratos-editais/secretaria-de-administracao/licitacoes) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). (url: <http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/TermoJulg2.asp?prgCod=631478&ipgCod=17620856&Tipo=DP&seqSessao=1#:~:text=%C3%A1%20no%20lucro%20real%2C%20o,resulta%20no%20valor%20a%20pagar.>)

Sobre o excerto acima, cabe só pontuar que ela se refere a órgão federal, mas o entendimento acerca da aceitabilidade da proposta de empresa que apura o resultado pelo Lucro Real é aplicável ao caso em tela.

**Como visto acima, a empresa submetida à sistemática do Lucro Real deverá efetuar seus pagamentos e solucionar eventuais imbróglis diretamente com a Receita Federal, não cabendo a esta Administração se imiscuir em tais questões.**

**Cabe destacar, também, que a proposta da empresa observa os ditames legais, conforme Informação da SECOF (id 1836755).**

Por último, frise-se que eventual mudança no pagamento da alíquota de PIS/COFINS encontra-se sujeita à álea econômica e não poderá a empresa, caso se sagre vencedora, requerer tão logo a mudança nos percentuais assim que houve mudança no pagamento de tais tributos

(exceto situação excepcional que implique perigo ao equilíbrio econômico-financeiro).

Logo, afigura-se mais razoável que a empresa em seu pedido de reajuste após 12 (doze) meses (prazo este usado como base na Orientação emitida pela Secretaria de Gestão do Governo Federal), solicitar eventual mudança nas alíquotas, fazendo efetiva comprovação por meio de documentação bastante, tais quais os EFDs.

Ante o exposto, esta Assessoria Administrativa **opina favoravelmente à aceitação da proposta da empresa JF Tecnologia, nos termos da fundamentação.**

Devolvam-se os autos à COLIC para prosseguimento do certame licitatório.

É o parecer.

Manaus/AM, data registrada no sistema.

*(assinado digitalmente)*

Adriana Souza Carpinteiro Péres

Diretora da Assessoria Jurídico-Administrativa da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA SOUZA CARPINTEIRO PERES, Diretor(a)**, em 10/10/2024, às 14:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1837734** e o código CRC **C9E5D681**.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS  
Av. André Araújo, S/N - Bairro Aleixo - CEP 69060-000 - Manaus - AM - www.tjam.jus.br

## INFORMAÇÃO

Em atendimento ao encaminhamento TJ/AM/SECOP/COLIC ([1829017](#)), informamos que a legislação vigente aponta as alíquotas de 1,65% PIS e 7,6% COFINS para empresas que apuram tal contribuição pela forma não-cumulativa, conforme art. 2º da lei nº 10.637, de 30 de Dezembro de 2002 e Art. 2º da lei 10.833, de 29 de Dezembro de 2003.

### Capítulo I DA COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DO PIS E DO PASEP

Art. 2º Para determinação do valor da contribuição para o PIS/Pasep aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento).

### CAPÍTULO I DA COBRANÇA NÃO-CUMULATIVA DA COFINS

Art. 2º Para determinação do valor da COFINS aplicar-se-á, sobre a base de cálculo apurada conforme o disposto no art. 1º, a alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento).

Ocorre que na incidência dessas contribuições de forma não-cumulativa admite-se a compensação de créditos previstos na legislação mencionada, que na pratica podem reduzir tal percentual. Entende-se que a empresa demonstrou tal redução através dos recibos da declaração acessória SPED Contribuições entregue a Receita Federal do Brasil (RFB), conforme página 47 da proposta apresentada ([1827116](#)), ou seja, a empresa não vem recolhendo tal contribuições por possuir créditos, retenções e outras deduções e na pratica a média efetiva do percentual pago das contribuições ficou evidenciado no mapa de apurações da pagina 4 da proposta ([1827116](#)).

Diante do exposto, concluímos que a proposta apresentada está de acordo com a legislação vigente.

Manaus, 09 de outubro de 2024.

André Costa  
Contador



Documento assinado eletronicamente por **Andre Felipe Oliveira da Costa, Servidor**, em 09/10/2024, às 13:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tjam.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1836755** e o código CRC **EC07BD70**.

---

2024/000027091-00

1836755v13

Criado por [andre.costa](#), versão 13 por [andre.costa](#) em 09/10/2024 13:26:38.

## Contribuições Sociais do Contribuinte

## Filtro de pesquisa

Período de Apuração:

01/2025

Pesquisar

Número do Recibo do evento de origem:

1.1.0000000030776586847

JF ENGENHARIA E SERV Razão Social

99 - Pessoas Jurídicas e Classificação Tributária

## Informações Complementares

Indicativo de Cooperativa

0 - Não é cooperativa

Indicativo de Construtora

0 - Não é Construtora

Indicativo de Substituição da Contribuição Previdenciária Patronal

-

Indicador de tributação sobre a folha de pagamento - PIS e PASEP

 Sim  Não

Percentual não substituído pela CPRB

-

Percentual de contribuição social

-

## Resumo da Folha de Pagamento

**BASES DE CÁLCULO****BASES DE CÁLCULO**11 - Base de cálculo da contribuição previdenciária**VALOR** 3.450.783,13**CONTRIBUIÇÕES DO SEGURADO**Valor total da contribuição**VALOR DESCONTADO** 279.338,22**VALOR CALCULADO** 279.338,20**DEDUÇÕES**Valor total do salário-família**VALOR** 17808,74**DEDUÇÕES**Valor total do salário-maternidade**VALOR** 8868,08

Estabelecimento 12.891.300/0001-97

Informações relativas ao estabelecimento, necessárias à apuração das contribuições sociais CNAE Preponderante

7733100

Alíquota RAT

1

FAP

0.5000

Alíquota RAT Ajustada

0.5000

CNPJ Responsável

Lotação 000002

Códigos de Receita por Estabelecimento

**CÓDIGO DE RECEITA**1138-01 - CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS**VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO** 690.156,62**VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO** 1.341,70**CÓDIGO DE RECEITA**1170-01 - CP TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO**VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO** 86.269,57**VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO** 167,71

<b>CÓDIGO DE RECEITA</b> 1176-01 - CP TERCEIROS - INCRA	
<b>VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	6.901,56
<b>VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	13,41
<b>CÓDIGO DE RECEITA</b> 1191-01 - CP TERCEIROS - SENAC	
<b>VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	34.507,83
<b>VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	0,00
<b>CÓDIGO DE RECEITA</b> 1196-01 - CP TERCEIROS - SESC	
<b>VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	51.761,74
<b>VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	0,00
<b>CÓDIGO DE RECEITA</b> 1200-01 - CP TERCEIROS - SEBRAE	
<b>VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	20.704,69
<b>VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	0,00
<b>CÓDIGO DE RECEITA</b> 1646-01 - CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO	
<b>VALOR CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	17.253,91
<b>VALOR SUSPENSO CORRESPONDENTE AO CÓDIGO DE RECEITA - CR APURADO</b>	33,54

#### Informações consolidadas das contribuições sociais

<b>CODIGO RECEITA</b> 1082-01 - CP SEGURADOS - EMPREGADOS/AVULSOS	
<b>VALOR</b>	279.338,20
<b>VALOR SUSPENSO</b>	-
<b>CODIGO RECEITA</b> 1138-01 - CP PATRONAL - EMPREGADOS/AVULSOS	
<b>VALOR</b>	690.156,62
<b>VALOR SUSPENSO</b>	1.341,70
<b>CODIGO RECEITA</b> 1170-01 - CP TERCEIROS - SALÁRIO EDUCAÇÃO	
<b>VALOR</b>	86.269,57
<b>VALOR SUSPENSO</b>	167,71
<b>CODIGO RECEITA</b> 1176-01 - CP TERCEIROS - INCRA	
<b>VALOR</b>	6.901,56
<b>VALOR SUSPENSO</b>	13,41
<b>CODIGO RECEITA</b> 1191-01 - CP TERCEIROS - SENAC	
<b>VALOR</b>	34.507,83
<b>VALOR SUSPENSO</b>	0,00

**CODIGO RECEITA**1196-01 - CP TERCEIROS - SESC

**VALOR** 51.761,74

**VALOR SUSPENSO** 0,00

**CODIGO RECEITA**1200-01 - CP TERCEIROS - SEBRAE

**VALOR** 20.704,69

**VALOR SUSPENSO** 0,00

**CODIGO RECEITA**1646-01 - CP PATRONAL - GILRAT AJUSTADO

**VALOR** 17.253,91

**VALOR SUSPENSO** 33,54

Voltar

Baixar XML (<https://www.esocial.gov.br/portal/Totalizador/ContribuicoesSociais/DownloadEvento?idEvento=30776599931&recibo=>)

::

v\_s\_1.3.0 2024\_15.6.0

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2025**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** AM000578/2024  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 30/12/2024  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR075345/2024  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 13621.226572/2024-37  
**DATA DO PROTOCOLO:** 27/12/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM, CNPJ n. 23.006.562/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ n. 34.501.213/0001-19, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de janeiro**, com abrangência territorial em **AM**.



**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL**

Aos empregados que exerçam as funções abaixo relacionadas, assim como as demais funções que decorram de contrato de Prestação de Serviços e/ou, Terceirização, desde que não expressamente enquadradas por outra representação sindical profissional, farão jus ao piso salarial de **R\$ 1.550,00 (Hum mil, quinhentos e cinquenta reais)** para uma jornada legal e os salários normativos das demais categorias, **a partir de 01/01/2025** será:

PROFISSÃO/FUNÇÃO	SALÁRIO
Agente de Limpeza; Agente de Limpeza Banheirista; Agente de Limpeza Embarcado; Agente Social Terceirizado; Ajudante (Serviços Gerais, Entrega); Auxiliar de Pedreiro; Auxiliar de Pintor; Aux. de Produção em Reciclagem; Serviços Gerais; Borracheiro; Copeira(o); Mensageiro/Office-Boy; Operário Rural/Caseiro; Lavador; Auxiliar de Bombeiro Hidráulico, Cumim (Aux. de Garçom), Auxiliar de Piscinheiro, Lavador de Autos e Auxiliar de Preparação.	1.550,00
Administrador de Tecnologia da Informação	6.079,47
Administrador de Tecnologia da Informação com conhecimento e experiência na área de Saúde	6.079,47
Administrador de Tecnologia da Informação com conhecimento e experiência na área de Trânsito	6.079,47
Agente de Limpeza com Habilitação	1.921,93
Agente de Limpeza Habilitado para Operar Roçadeira	1.864,79
Agente de Piscina/Piscinheiro	1.747,76
Apontador Geral	4.257,61
Apontador de Turma	2.185,74
Almoxarife	1.761,43
Analista de Sistema (Nível Superior)	4.282,32
Analista de Sistema – Tecnologia da Informática	6.839,41
Analista de Custos – CBO 2522-10	3.799,66
Analista de Folha de Pagamento – CBO 4131-05	3.799,66
Analista de Suprimento – CBO – 1424-10	3.799,66
Artífice de Serviços Gerais (Carpinteiro; Pedreiro; Pintor; Soldador; Serralheiro; Encanador e Outros) Sem Especialização Técnica.	2.047,04
Ascensorista (6 horas diárias), Auxiliar de Apoio Logístico.	1.559,61
Assistente Administrativo; Assistente de Pessoal; Assistente Financeiro	1.997,93
Assistente Administrativo (Designer)	2.043,05
Assistente Administrativo com nível superior ou cursando nível superior	3.359,99
Assistente Comercial	1.898,23
Assistente de TI	3.363,83
Atendente	1.730,29
Auxiliar Administrativo	1.705,86
Auxiliar de Almoxarifado	1.675,55
Auxiliar de Caldeireiro	1.632,76
Auxiliar de Escritório	1.575,47
Auxiliar de Lavanderia	1.550,00
Auxiliar de Manutenção	1.929,03
Auxiliar de Marceneiro; Auxiliar de Mecânico	1.626,54

Auxiliar de Pedreiro Qualificado	1.967,11
Auxiliar de Produção Terceirizado	1.995,09
Auxiliar de Produção de Linha de Montagem Terceirizado	2.171,35
Auxiliar de Refrigeração	1.725,37
Auxiliar de Serviços Diversos	2.666,30
Auxiliar de Jardinagem	1.583,90
Auxiliar de TI	2.340,05
Bibliotecário Terceirizado	2.302,02
Bombeiro Hidráulico.	2.265,87
Carpinteiro	2.235,68
Cobrador Externo CBO 4213-05	3.799,66
Conferente	2.521,88
Costureiro(a) Terceirizado(a)	1.887,43
Design de Produção	4.470,21
Digitador	3.152,40
Eletricista de Alta Tensão	3.152,40
Eletricista Predial de Baixa Tensão.	2.071,44
Encarregado de Serviços; Inspetor de Alunos Terceirizado.	2.402,87
Fiscal de Pátio.	1.657,12
Garçom Terceirizado	1.689,43
Jardineiro /Paisagista	1.766,79
Jardineiro/Roçador/Podador	1.669,33
Jornalista Terceirizado	6.079,47
Leiturista	1.771,68
Líder de Serviços	1.887,43
Marceneiro	2.599,50
Mecânico de Lancha	4.747,29
Mecânico de Refrigeração	1.883,44
Mecânico de Máquinas	2.372,80
Monitorador	2.104,35
Nutricionista/Analista em Nutrição	3.510,09
Operador de Balancim	2.266,38
Operador Eletrônico	1.687,58
Operador de Equipamentos Industriais	2.725,54
Operador de Máquina Industriais	2.601,28
Operador de Máquina Reprográfica	1.876,45
Operador de Máquinas de Papel e Similares	1.819,14
Operador de Máquina para movimentação de Resíduos	2.450,63
Operador de Rádio	3.181,71
Operador de Usina Hidráulica; Operador de Usina Térmica	2.858,15
Pedreiro; Pintor	2.780,96
Piloto Fluvial Terceirizado	1.550,00
Prensista; Processador de Máquina de Moagem	1.608,39
Prensista de Resíduos	1.628,41
Profissional de Vendas Terceirizado	1.998,66
Programador de Informática	4.820,61
Programador de Rede Terceirizado	6.079,47
Recepcionista	1.730,30
Repositor de Supermercado	1.705,86
Revisora de Leito	1.664,28
Secretária (o)	1.830,15
Secretária Bilingue	2.652,97
Secretária da Alta Administração CBO	3.799,66
Soldador	2.600,22
Supervisor Administrativo (específico para empresas de reciclagem – CBO 410105)	3.448,53
Supervisor Técnico em Refrigeração	2.925,07
Supervisor de Serviços Gerais, Supervisor Operacional	3.027,06
Supervisor de TI	5.118,88
Tratador de Animais Terceirizado	2.036,66
Técnico Agrícola	3.446,67
Técnico em Secretariado	2.019,70
Técnico de Controle de Pragas.	2.064,09
Técnico de Informática I	3.523,89
Técnico de Informática II	4.386,61
Técnico de Manutenção de Telefone	2.266,38
Técnico em Edificações Terceirizado	4.717,20
Técnico em Refrigeração	3.523,90
Técnico em Cabeamento de Rede Terceirizado	2.266,01
Técnico em Meio Ambiente Terceirizado	3.800,00
Técnico em Segurança do Trabalho Terceirizado	2.305,00
Técnico de Suporte em Informática I	3.523,90
Técnico de Suporte em Informática II	4.386,61
Técnico de Suprimento I	4.449,95
Técnico de Suprimento II	4.681,51
Técnico de Suporte Helpdesk Terceirizado	2.407,64



Telefonista	1.826,27
Telefonista / Recepcionista Bilingue	2.210,80
Técnico em Eletrônica	3.107,82
Triador de Resíduos Sólidos	1.557,86

**Parágrafo Primeiro:** Fica acordado que os trabalhadores das Empresas de Asseio e Conservação e Serviços Terceirizados do Estado do Amazonas, que exerçam funções diferentes daquelas discriminadas no caput, bem como aqueles que, embora ali figurando suas respectivas funções, mas que recebam salário superior ao anterior Piso Salarial da Categoria, **a partir de 1º de janeiro de 2025**, terão seus salários aumentados mediante livre negociação, assegurando-lhes, porém um reajuste mínimo de **6,9% (seis ponto nove por cento)**.

**Parágrafo Segundo:** Fica observado que o ARTÍFICE DE SERVIÇOS GERAIS, é uma mão de obra não especializada, nem técnica, apenas para reparos e ajustes, dentro da necessidade de cada profissional ali relacionados.

**Parágrafo Terceiro:** Fica certo e de acordo entre as entidades sindicais, que será adotado 01 (um) líder de serviços, para contratos que tenham de 05 (cinco) até 10 (dez) Funcionários, acima de 10 (dez) deverá ser contratado um Encarregado de Serviços, conforme descrito na tabela de ordem salarial.

**Parágrafo Quarto:** Fica acordado entre os Sindicatos Laboral e Patronal, que a função Piloto Fluvial Terceirizado, com carga horária de 44h ou 12x36h, fará jus ao percentual de 20% (vinte por cento) calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, a título de Adicional de Insalubridade; fará jus ao percentual de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o Salário Base da Função, a título de Gratificação de Comando; e fará jus ao percentual de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o Salário Base da Função, a título de Gratificação de Praticagem

#### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

##### **CLÁUSULA QUARTA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO OU CONTRA-CHEQUES**

As empresas fornecerão aos seus empregados, mensalmente, comprovantes de pagamento, nos quais constem as parcelas que forem recebidas e deduzidas, quais sejam: salário, horas extras, comissões, adicionais, férias, descontos legais especificados, além de outros títulos que acresçam ou onerem de qualquer forma a remuneração.

**Parágrafo Único** - As empresas que efetuarem pagamento de salário, férias e rescisões via sistema bancário ficam desobrigadas de colher assinatura no recibo, desde que possam comprovar o repasse.

#### **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO**

##### **CLÁUSULA QUINTA - DO 13º SALÁRIO**

Fica, desde já, ajustado que o décimo terceiro salário poderá ser pago em 2 parcelas, sendo a primeira no dia 30/11 e a segunda no dia 20/12, conforme a Lei que rege a matéria.

#### **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

##### **CLÁUSULA SEXTA - DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

Fica garantido e acordado, que o adicional de insalubridade será de no mínimo 20% (vinte por cento), calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, para todos os empregados que exerçam suas atividades em hospitais.

Fica acordado entre os Sindicatos Laboral e Patronal, que a função Agente de Limpeza Banheirista, fará jus ao percentual de 40% (quarenta por cento) calculado sobre o Salário Mínimo Nacional, a título de Adicional de Insalubridade. Esse percentual está em vigor desde 01 de Janeiro de 2023, a função deverá ser registrada na CTPS com CBO 5142-25.

**Parágrafo Único:** Nos casos em que o adicional de insalubridade não conste na proposta, no edital ou no contrato de prestação de serviços, resta ajustado que é do tomador de serviços, seja público ou privado, a responsabilidade pelo pagamento do adicional de insalubridade que venha a ser estabelecido em sentença judicial, no curso ou após o encerramento do contrato comercial ou administrativo, mesmo com a existência de laudo pericial indicando a não ocorrência de insalubridade ou com indicação de grau menor ao estabelecido judicialmente.

#### **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

##### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

As empresas, além do piso previsto nesta Convenção Coletiva, fornecerão aos seus empregados um cartão alimentação magnético para aquisição de refeições diárias, no valor **mínimo de R\$ 23,00 (vinte e três reais)** por dia.

Ficando ainda ajustado que a escolha da operadora a ser contratada para prestar os referenciados serviços (ticket refeição) ficará a critério/indicação do Sindicato Laboral com a respectiva anuência do Sindicato Patronal.

As empresas que possuírem refeitório próprio em suas instalações ficam desobrigadas de fornecer o referido Cartão.

**Parágrafo Primeiro:** É facultado às empresas descontar o percentual de até **10% (Dez por cento)** do valor do total do benefício (custo mensal das refeições ou dispêndio com tickets) estatuído no caput desta cláusula.

**Parágrafo Segundo:** O benefício previsto nesta cláusula, seja ele fornecido como refeição *in natura* e ticket refeição não terá natureza salarial, nem integrará a remuneração do empregado, para fins de pagamento de férias, 13º salário, FGTS, verbas rescisórias ou qualquer outro instituto trabalhista, por não possuir caráter de contraprestação de serviços.

**Parágrafo Terceiro:** Ficam dispensadas da concessão do benefício em forma de Cartão Magnético ou Similar, as empresas que forneçam refeição em refeitório próprio ou do contratante (tomador do serviço), que seja de boa qualidade, e que venham a atender as necessidades de seus colaboradores. Deverá constar o valor de **R\$ 23,00** (vinte e três reais) por funcionário, referente a alimentação em todas as planilhas de custos das licitações e contratos no Estado do Amazonas.

**Parágrafo Quarto:** Ficam as empresas compromissadas a solicitar de seu contratante, local apropriado para as refeições de seus colaboradores.

**Parágrafo Quinto:** Para empresas que tem contratos no Interior do Estado do Amazonas, devido à peculiaridade da região, fica certo e acordado, que poderão fornecer o benefício da Alimentação em espécie ou depósito em conta do trabalhador.

**Parágrafo Sexto:** Faltas justificadas, ou não, permitirão o desconto do valor equivalente ao dia da falta.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA CESTA BÁSICA

O Empregador fornecerá, sem ônus para o trabalhador, mensalmente, a todos os seus empregados, independentemente da jornada de trabalho, uma **Cesta Básica "in natura"** contendo mantimentos de qualidade ou "**Cartão Alimentação**", conforme condições a seguir:

CESTA BÁSICA	ANO 2025
VALOR EM REAIS	R\$ 150,00

- 1 - O empregado que apresentar falta injustificada e atestado médico acima de 01 dia no mês, não fará jus ao benefício.
- 2 - O empregado não terá direito ao benefício da Cesta Básica se descumprir integralmente o seu horário de trabalho pré-estabelecido, motivados pelas seguintes ocorrências: **atrasos injustificáveis** e **saídas antecipadas**, onde a soma total das horas seja equivalente a 8h no mês, ou seja, um dia de trabalho.
- 3 - Na ocorrência de falta de um ou mais produtos constantes da cesta básica, a empresa poderá efetuar a substituição por produto similar.
- 4 - O funcionário afastado por motivo de licença ou por gozo de férias não fará jus ao benefício da cesta básica.
- 5 - Fica estabelecido que a não retirada da cesta **in natura** até o dia 30 do mês, implicará na perda da mesma naquele mês.
- 6 - A Cesta Básica deverá ser entregue até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao trabalhador.
- 7 - Este item não tem natureza salarial e não integrará a remuneração para qualquer fim.
- 8 - Os empregados admitidos ou demitidos para fazer jus à cesta deverão ter trabalhado no mínimo 30 dias no mês.

**Parágrafo Primeiro:** Para empresas que tem contratos no Interior do Estado do Amazonas, devido à peculiaridade da região, fica certo e acordado, que poderão fornecer o benefício da Cesta Básica em espécie ou depósito em conta do trabalhador, até a data acima mencionado.

**Parágrafo Segundo:** A irregularidade no fornecimento da cesta básica "*in natura*", por não corresponder à quantidade ou qualidade dos produtos indicados nesta cláusula, desde que comprovada, sujeitará ao empregador o pagamento de uma multa correspondente ao valor de 02 (duas) cestas básicas pago ao empregado prejudicado.

**Parágrafo Terceiro:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Quarto:** As empresas que optarem por outro tipo de fornecimento da cesta básica, tipo cartão magnético, deverá obter autorização através de acordo coletivo com os sindicatos representes.

**Parágrafo Quinto:** Ficam as empresas obrigadas a fornecerem comprovação de valores da citada Cesta, caso seja solicitado pelo SEEACEAM ou SEAC.

#### AUXÍLIO TRANSPORTE

#### CLÁUSULA NONA - DO VALE TRANSPORTE

**Desde que, solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências prevista no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.**

**Parágrafo Primeiro:** Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei. Aos empregados que trabalham na escala 12X36, estabelecida nesta CCT, será empregada a proporcionalidade do desconto, **ou seja, 3% sobre o salário base da categoria.**

**Parágrafo Segundo:** Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

**Parágrafo Terceiro:** No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

**Parágrafo Quarto:** No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transportes proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

**Parágrafo Quinto:** A declaração falsa ou uso indevido do vale - transportes constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa.

**Parágrafo Sexto:** Baseando-se no entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, decisões prolatadas em positividade e analogia ao Artigo 19º da Lei Complementar 150/2015, os Empregadores ficam autorizados a proceder ao pagamento do Vale Transporte em Pecúnia (DINHEIRO), frisando o devido desconto estipulado em norma coletiva desta Entidade Sindical, perfazendo aí o caráter indenizatório do benefício, não se incorporando aos ganhos salariais de cunho previdenciário do trabalhador, como bem parafraseado na Lei 7.418/85, na taxatividade de não caracterização salarial do benefício do vale transporte.

## AUXÍLIO SAÚDE

### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PLANO ODONTOLÓGICO

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que todas as empresas são obrigadas a fornecerem o **Plano Odontológico** a seus funcionários, através de uma Operadora de Plano Odontológico. Ficando ainda ajustado que a escolha da operadora a ser contratada para prestar os referenciados serviços (Plano Odontológico) ficará a critério/indicação do Sindicato Laboral com a respectiva anuência do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Primeiro:** Caso o Sindicato Patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo Sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

**Parágrafo Segundo:** Fica excetuada da hipótese acima aqueles que embora laborando para as empresas vinculadas a este sindicato, pertençam a outras categorias profissionais diferenciadas (art.511 da CLT) ou nelas exerçam ainda que como empregados, atividades correspondentes a profissão liberal (Lei nº 7.316/85).

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que as empresas contribuirão com o valor mensal de R\$ 15,00 (quinze reais) visando o custeio do plano odontológico gratuito para todos os empregados abrangidos por este instrumento coletivo de trabalho.

**Parágrafo Quarto:** O empregado poderá incluir seus dependentes perante o **Plano Odontológico** ocasião pela qual os custos adicionais serão custeados pelo próprio beneficiário titular (empregado), devendo nesta hipótese, fornecer à empresa dados e documentos necessários para a inclusão dos eventuais dependentes.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PLANO DE SAÚDE

Fica convencionado que os empregadores, credenciarão empresa especializada em **Plano de Saúde** para utilização, caso desejem, por todos os seus empregados. Ficando acertado que o valor do custeio do referido **Plano de Saúde** deverá ser descontado do empregado em sua totalidade em Folha de Pagamento.

**Parágrafo Primeiro:** O plano estatuído nesta cláusula é optativo, podendo estender-se a seus dependentes diretos, ocasião pela qual os custos adicionais também serão pelo próprio beneficiário titular (empregado).

**Parágrafo Segundo:** O empregador descontará em Folha de Pagamento somente o valor do plano contratado, sem nenhum valor adicional.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E FAMILIAR

Por esta cláusula, fica garantido a todos os empregados/trabalhadores pertencentes às categorias profissionais subordinadas a esta Convenção, associados ou não às entidades sindicais profissionais, o serviço assistencial em caso de incapacitação permanente para o trabalho por perda ou redução de sua aptidão física, ou em caso de falecimento, a seus dependentes, estabelecido pelo plano de benefícios definido a seguir, nos valores e condições abaixo especificadas, responsabilizando-se a Entidade Sindical Patronal, SEAC-AM, a manter a assistência social ora instituída, através de sua própria administração ou de gestão especializada.

**Parágrafo Primeiro:** Para viabilidade financeira deste benefício assistencial e social, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, a título de contribuição financeira, as empresas convenientes recolherão, até o décimo dia útil de cada mês, ao SEAC-AM, através de boleto bancário ou depósito identificado, o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado que possua,

arrecadado na forma prevista no parágrafo segundo, abaixo, tomando-se por base, para efeito de cálculo, a quantidade de empregados constante no campo:

Total de empregados do último mês informado do CAGED do mês anterior ao do último informado ao Ministério do Trabalho e do Emprego, sem nenhuma redução, a qualquer título.

**Parágrafo Segundo:** Para a constituição dos fundos necessários a manutenção dos benefícios previstos nesta cláusula, fica convencionado que as empresas participarão com o valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por empregado, conforme o disposto no parágrafo primeiro, acima, que será devidamente recolhido mediante depósito bancário identificado ou através de guias próprias emitidas pelo SEAC-AM, depositados diretamente em conta.

**Banco Bradesco - Número do Banco: 237 - Agência: 3726-5 Conta-Corrente: 129.890-9**

a) **Ajuda alimentícia:** Fica certo e garantido o envio de 50 Kg de alimentos variados (cesta básica) no valor de R\$125,00 (cento e vinte cinco reais) cada, ao local onde reside o trabalhador incapacitado temporariamente, pelo período do afastamento concedido pelo INSS, desde que não ultrapasse 06 (seis) meses, a contar da data de comunicação formal do evento e apresentação da documentação (Carteira de Identidade, CPF, Carteira de Trabalho e documento emitido pelo INSS.

b) **Ajuda de manutenção de renda familiar:** Fica garantida a disponibilização de ajuda financeira mensal para composição de gastos com remédios, despesas hospitalares e similares ao inválido ou ainda, aos dependentes legais (viúva, companheira(o) ou filhos menores de idade) do falecido, no valor de 1 (um) salário mínimo vigente no país, pelo período de 04 (quatro) meses, vencendo a primeira prestação quinze (15) dias úteis após a entrega do documento comprobatório do falecimento do trabalhador ou da sua incapacitação permanente para o trabalho;

c) **Prestação de serviço Funeral:** Fica garantida a prestação do serviço de funeral e sepultamento ao empregado falecido e a seus dependentes legais esposa (o), companheiro(a) e filhos, independente da causa ou horário do falecimento, a ser solicitado através de sistema de convênios disponíveis 24 horas por dia 7 dias por semana, custeando-se até o valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais), de acordo com o credo religioso da família, observado o seguinte:

**I.** A Carteira Profissional de Trabalhador, Carteira de Identidade e CPF serão os únicos documentos necessários à imediata prestação do serviço;

**Parágrafo Terceiro:** O empregador que por ocasião do óbito ou do fato causador da incapacitação, estiver inadimplente por: falta de pagamento, pagamento após o dia do vencimento ou efetuar o recolhimento por valor inferior ao devido, responderá perante o empregado ou a seus dependentes, por multa equivalente ao dobro do valor dos benefícios constante na presente cláusula e acarretará multa mensal no valor de 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria a ser paga a cada um de seus empregados.

**Parágrafo Quarto:** O óbito ou o evento que possa provocar incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias da ocorrência.

**I.** Farão jus à Assistência de manutenção de renda familiar e à Assistência alimentícia os trabalhadores que sofrerem perda ou redução de aptidão física pelas imobilidades ou amputações abaixo relacionadas:

ALIENAÇÃO MENTAL	Debilidade mental completa e permanente.
VISÃO	Perda completa e permanente do sentido.
AUDIÇÃO	Perda completa e permanente do sentido.
FALA	Perda completa e permanente do sentido.
TETRAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros superiores e inferiores.
PARAPLEGIA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação dos membros inferiores.
BRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
OMBRO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
COTOVELO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
ANTEBRAÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
PUNHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
MÃO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
QUADRIL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PERNA	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
JOELHO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.
PÉ	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou amputação.
ENCURTAMENTO DOS MEMBROS INFERIORES (PERNAS)	Em cinco (5) centímetros ou mais.
COLUNA VERTEBRAL	Impossibilidade completa e permanente de movimentação ou deformação completa e permanente.
PESCOÇO	Impossibilidade completa e permanente de movimentação.

**Parágrafo Quinto:** Em todas as planilhas de custos e editais de licitações deverá constar a provisão financeira para cumprimento desta assistência social, a fim de que seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 444

da CLT.

**Parágrafo Sexto:** O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

**Parágrafo Sétimo:** Sempre que necessário à comprovação do cumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho e nas homologações trabalhistas, deverão ser apresentadas às guias de recolhimentos quitadas.

**Parágrafo Oitavo:** Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Patronal.

**Parágrafo Nono:** Fica estabelecido que será destinado o percentual de 10% do valor arrecadado mensalmente a título de taxa administrativa para manutenção de despesas administrativa, da referida assistência.

**Parágrafo Décimo:** Fica instituída uma multa mensal de 2 (dois) salários mínimos vigente, revertida à Entidade Patronal, aplicável às empresas que descumprirem a presente Cláusula.

## SEGURO DE VIDA

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO SEGURO DE VIDA

Fica facultada aos empregadores contratação de Seguro de Vida em Grupo em prol de seus empregados, hipótese em que os mesmos contribuirão com até 10% (dez por cento) dos prêmios mensais, a ser descontado em folha de pagamento.

## EMPRÉSTIMOS

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO

Fica estabelecido de comum acordo entre o SEAC/AM e o SEEACEAM que as empresas poderão garantir o empréstimo bancário a seus funcionários nos moldes da Lei nº 10.820/2003, ficando ajustado que a escolha do agente financeiro a ser contratado para prestar os referenciados serviços (empréstimo consignado) ficará a critério/indicação do Sindicato laboral com a respectiva anuência do sindicato patronal.

**Parágrafo Primeiro:** Caso o sindicato patronal não aprove a indicação acima apresentada pelo sindicato Laboral, deverá fazê-lo de forma escrita e fundamentada no prazo de 10 (dez) dias contados da data da escolha, ocasião em que a ausência de justificativa plausível e coerente ensejará na aceitação tácita da operadora indicada.

**Parágrafo Segundo:** O sindicato patronal possui poderes apenas para conceder aprovação no que se refere à indicação do agente financeiro que prestará os serviços, não possuindo, com efeito, legitimidade perante o contratado para dirimir os demais assuntos contratuais estabelecidos.

## CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ANOTAÇÕES EM CTPS

As empresas deverão efetuar, obrigatoriamente, os registros e anotações devidas nas CTPS dos seus empregados em 48 (quarenta e oito) horas, especificando as condições de contratação, data de admissão e a remuneração, e demais peculiaridades, se houver, de acordo com os artigos 29 e 34 da CLT.

## DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONTINUIDADE DOS CONTRATOS

Considerando a tipicidade da atividade de terceirização de serviços e a necessidade de prever para os trabalhadores maior segurança no emprego, e para isso incentivar as empresas para efetivamente participarem desse intento, fica pactuado que as empresas que sucederem outras na prestação do mesmo serviço em razão de nova licitação pública ou novo contrato poderão contratar os empregados da anterior, sem descontinuidade da prestação dos serviços, sendo que nesse caso a rescisão SERÁ POR ACORDO realizados na Comissão de Conciliação Prévia - CCPAC e obrigará ao pagamento do percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e pagamento de metade do aviso prévio, se indenizado, ou seu cumprimento normal, em relação às demais verbas rescisórias não haverá alteração.

**Parágrafo Primeiro:** Havendo real impossibilidade da continuação do trabalhador nos serviços, devidamente justificado pela empresa ou pelo empregado, o empregado terá direito à indenização no percentual de 20% (vinte por cento) sobre os depósitos do FGTS e os demais direitos previstos em Lei, inclusive o art. 477 da CLT.

**Parágrafo Segundo:** Quando a empresa entregar os avisos prévios aos seus empregados em razão da proximidade do término do contrato de prestação de serviço e por qualquer motivo der continuidade ao contrato caberá ao respectivo empregador fazer a retratação, em razão da manutenção do emprego (princípio benéfico e mais favorável ao laborista).

**Parágrafo Terceiro:** No encerramento do contrato entre o empregador e o tomador de serviço, persistindo pendências de homologações de rescisões contratuais, poderá a empresa vencedora do contrato de prestação de serviços efetuar a assinatura do novo contrato de trabalho na CTPS do trabalhador reaproveitado, independentemente da devida baixa do contrato anterior.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL

As rescisões de contrato de trabalho com mais de um ano de vigência serão homologadas pelo Sindicato Laboral, de segunda a sexta-feira, no período das 08h00min às 11h30min e 14h00min às 16h00min, com a presença das partes (empregado e empresa).

**Parágrafo Primeiro:** Todos os empregados filiados ao sindicato laboral por período superior a 6 (seis) meses, em caso de rescisão sem justa causa, poderão ser assistidos pelo sindicato laboral na oportunidade retro mencionada, desde que previamente solicitado, pelo empregado, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

**Parágrafo Segundo:** Fica certo e garantido que as homologações de rescisões de contrato de trabalho feitas e pagas, às sextas-feiras, após as 12h00min, só serão validadas e consideradas mediante pagamento em espécie ou depósito bancário, em conta do trabalhador, sendo que os valores pagos em TRCT, abaixo de R\$ 100,00 (cem reais) só serão aceito e homologado mediante pagamento em espécie. As que assim não procederem ficam sujeitas as penalidades da legislação vigente, art. 477 da CLT.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que a quantidade **acima de 03 (três)** homologações, terão que ser agendadas 48 horas antes.

**Parágrafo Quarto:** Que as documentações (TRCT's e Outros), referentes a demissão dos trabalhadores terão que ser apresentadas e entregues no prazo máximo de até 20 dias corridos, contado da data da DEMISSÃO do trabalhador, perante ao Sindicato de Classe, para as conferências que se fizerem necessárias, as empresas que não cumprirem esta norma, ficam sujeitas a uma multa de 1/3 (um terço) do salário nominal do trabalhador, revestido a parte prejudicado.

**Parágrafo Quinto:** Fica estipulado o prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da Demissão do empregado, para pagamento das TRCT's.

**Parágrafo Sexto:** Será cobrado da empresa, por cada homologação feita, o valor de **R\$ 30,00 (trinta reais)** para as que estiverem em situação regular no sindicato e **R\$ 50,00 (cinquenta reais)** para as demais empresas. Podendo o pagamento ser feito em espécie ou através de comprovação de depósito em conta, conforme dados bancários a seguir:

**Banco: Caixa Econômica Federal - Ag.: 0020 - Op.: 003 - Conta Corrente: 4227-0 OU PIX: 23006562000148 (CNPJ)**

**Parágrafo Sétimo:** O empregador que não comparecer ao sindicato para homologação do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) sofrerá multa, conforme previsto na Cláusula Quadragésima Primeira desta CCT.

**Parágrafo Oitavo:** Fica acordado a obrigatoriedade de todas as empresas ao demitirem o funcionário, entregarem no ato da homologação do TRCT o formulário do PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, independente do motivo do desligamento, seja ele por iniciativa da empresa, por pedido de demissão ou justa causa.

**Parágrafo Nono:** Fica acordado que as empresas pagarão o valor de R\$ 200,00 (dezentos reais) por homologação que não estiverem sido feitas em tempo hábil, dos contratos públicos (Federal/Estadual/Municipal) para liberação do saldo da conta depósito vinculada relativo ao respectivo contrato.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES QUALIFICAÇÃO/FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL**

A partir da vigência do presente instrumento, as empresas contribuirão para o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas o **valor mensal de R\$ 10,00 (dez reais) por empregado** destinado à qualificação profissional.

**Parágrafo Primeiro:** Os **certificados terão validade de 12 (doze) meses**.

**Parágrafo Segundo:** O recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula será efetuado até o **10º (décimo) dia útil de cada mês**, através de **boleto enviado pelo SEAC-AM**.

**Parágrafo Terceiro: DA OBRIGAÇÃO** – Fica acordado entre as partes que a empresa, terá um prazo de até 60 dias para apresentar a certificação de seus empregados ao tomador de serviços.

**Parágrafo Quarto:** As empresas deverão de forma obrigatória fazer constar em suas **planilhas de custos** a provisão financeira para cumprimento do recolhimento da importância ajustada no caput desta Cláusula.

**Parágrafo Quinto:** O atraso no recolhimento ensejará a aplicação de **multa mensal** à empresa em valor correspondente a **3% (três por cento) do valor devido**, *pro rata die*, limitada ao principal.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO BANCO DE HORAS**

Fica convencionado que as empresas, durante o prazo de vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderão adotar o regime de BANCO DE HORAS para a jornada cumprida além do limite contratual, desde que necessária para atender especificidades do serviço ou que decorram de eventos fora de controle do empregador, procedendo a compensação das horas excedentes, na forma prevista nesta Cláusula. Ficando atrelado ao aceite dos seus funcionários, que deveram assinar documento de autorização e com a devida apreciação dos sindicatos Laboral e Patronal.

**Parágrafo Primeiro:** As primeiras 20 (vinte) horas de sobre jornada realizadas pelo empregado, durante o mês, excedentes a 192 (cento e noventa e duas) horas mensais, serão pagas com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Segundo:** As horas excedentes ao limite do parágrafo anterior serão acumuladas no BANCO DE HORAS, por um período máximo de 90 (noventa) dias.

**Parágrafo Terceiro:** Durante os 90 (noventa) dias de que trata o parágrafo anterior, poderá haver compensação das horas excedentes pela diminuição da jornada diária ou pela concessão de folga além das normais.

**Parágrafo Quarto:** Será informado ao empregado, ao final de cada mês, o saldo da apuração das horas resultantes do BANCO DE HORAS, positivo ou negativo.

**Parágrafo Quinto:** A utilização de saldo existente no BANCO DE HORAS, seja positivo ou negativo, será feito em igualdade de condições, ou seja, na razão de uma hora depositada (crédito ou débito), para cada hora realizada.

**Parágrafo Sexto:** O saldo credor de horas não compensadas, apurado ao final de cada 90 (noventa) dias, será pago ao empregado com o adicional de 50% (cinquenta por cento).

**Parágrafo Sétimo:** No caso de desligamento do empregado, por pedido de demissão ou justa causa, o saldo existente no BANCO DE HORAS, será pago ou descontado, segundo as regras contidas nesta Cláusula. Observando o valor máximo de desconto o salário base da categoria.

**Parágrafo Oitavo:** Se o desligamento ocorrer por iniciativa da empresa, o saldo negativo existente no Banco de horas, será por ela absolvido, enquanto que o crédito de horas do empregado será pago juntamente com as verbas rescisórias, na forma do Parágrafo Sexto.

## FALTAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO ABONO DE FALTAS

As Empresas aceitarão atestados ou declarações de acompanhamento de 01 (um) dia, dos seus empregados que tenham acompanhado em caráter de emergência, seus dependentes e/ou cônjuge, desde que emitidas por profissional da área médica.

## TURNOS ININTERRUPTOS DE REVEZAMENTO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA JORNADA 12X36

A jornada de trabalho poderá ser doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo de 60 minutos para repouso e alimentação.

**Parágrafo Primeiro:** Considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes.

**Parágrafo Segundo:** Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, mas remunerados no percentual de 20% para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

**Parágrafo Terceiro:** Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

**Parágrafo Quarto:** Conforme Termo de Ajustamento de Conduta nº 54/2014, da Procuradoria Regional do Trabalho da 11ª Região, fica acordado que seja aplicado às categorias com regime de 12X36, o divisor de 192 horas.

**Parágrafo Quinto:** A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% sobre a hora normal de trabalho.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - TRABALHO POR TEMPO PARCIAL

Fica vedado o contrato de trabalho por tempo parcial, exceto se o trabalhador receber o piso da categoria de forma integral.

**Parágrafo Primeiro:** O trabalhador que laborar em jornada parcial, fará jus aos 30 dias de férias.

**Parágrafo Segundo:** O trabalhador que tiver contrato de trabalho recebendo o valor integral do piso da categoria, não ficará devendo as horas trabalhadas.

## FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA VALIDADE DOS ATESTADOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio/SESC e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular.

**Parágrafo Primeiro:** O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, nas 24 (vinte e quatro) horas após a emissão do referido atestado, sendo convalidado pelo médico da empresa.

**Parágrafo Segundo:** Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

**Parágrafo Terceiro:** Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

**Parágrafo Quarto:** Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

**Parágrafo Quinto:** Caso a fraude seja constatada, pode implicar em demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, da CLT.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DOS UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL**

Quando de uso obrigatório, as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados o uniforme necessário, considerando-se o uso normal do mesmo, sendo pelo menos 02 (dois) uniformes completos, entendendo-se como completo, camisa, calça e sapato, entregues de 06 (seis) meses em 06 (seis) meses e os equipamentos de proteção individual necessários. Para os trabalhadores que fiquem expostos à chuva, as empresas deverão fornecer capas impermeáveis.

**Parágrafo Primeiro:** O empregado indenizará, com base no §1º do art. 462 da CLT, a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido. (alerta há que se ter previsão no contrato de trabalho).

**Parágrafo Segundo:** A utilização do uniforme será restrito ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa.

**Parágrafo Terceiro:** A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização das vestimentas é de uso comum.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO ATRAVÉS DO QUADRO DE AVISO**

Fica assegurado que as empresas deverão disponibilizar, em suas sedes ou nos locais de trabalho, espaço para fixação de Quadro de Avisos e comunicações de interesse da categoria profissional, bem como para a divulgação de notícias sindicais.

**Parágrafo Único** - Nos locais de trabalho, a colocação do quadro de avisos fica na dependência de autorização do tomador do serviço e as notícias que lá estarão afixadas serão de responsabilidade do sindicato.

## **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL**

Fica garantido ao dirigente sindical, durante a vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, que exerça cargo de direção e/ou de representante sindical, sem prejuízo de seus vencimentos, direitos adquiridos, vantagens decorrentes do contrato de trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, o direito de se ausentar do serviço com a finalidade de tratar dos assuntos de interesses da categoria profissional por até 02 (duas) vezes – por dois (2) dias a cada trimestre.

**Parágrafo Primeiro:** Os demais dirigentes sindicais do Estado do Amazonas, serão liberados para o comparecimento em atividades sindicais (reuniões, cursos, etc.), durante 05 (cinco) dias ao ano. Os dirigentes do interior do Estado serão liberados durante 10 (dez) dias ao ano, sem prejuízo de suas remunerações, férias, 13º salário e demais direitos e vantagens da relação empregatícia.

**Parágrafo Segundo:** A solicitação de liberação de diretores, que trata o parágrafo primeiro desta cláusula, será feito pelo sindicato representativo da categoria, no prazo máximo de pelo menos 72 (setenta e duas) horas de antecedência à empresa na qual este originalmente trabalha.

**Parágrafo Terceiro:** Da solicitação do Diretor para cumprir sua jornada de trabalho a disposição no sindicato, ficam o salário, todos os encargos e obrigações trabalhistas sob responsabilidade da empresa. As Empresas concederão a liberação dos seus empregados eleitos para a Diretoria da Entidade Sindical, na quantidade máxima de 01 (um) funcionário por empresa. Fica o Presidente do SEEACEAM obrigado a notificar as empresas, com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência.

**Parágrafo Quarto:** Fica garantido ao dirigente sindical, e conselho fiscal, estabilidade durante o período de seu mandato.

## **ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA REMESSA DE COMPROVANTE DO PAGAMENTO DO FGTS**

As empresas remeterão aos Sindicatos dos Trabalhadores e Patronal, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, cópia (em papel) das GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, devidamente quitada, acompanhada de relação contendo o nome do trabalhador e o valor recolhido.

**Parágrafo Único** - Fica certo e garantido que a empresa que descumprir esta cláusula fica sujeita a multa de 10% (dez por cento) do valor base de remuneração que deu origem a GFIP, a ser aplicada a parte infratora e revertida em favor da parte prejudicada.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva, ressaltados as vedações previstas no art. 611-B;

Considerado que o art. 611-B não veda a estipulação de contribuição decorrente de Convenção Coletiva para toda a categoria econômica, diante disso prevalece o negociado sobre o legislado;

Assim por deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal de acordo com o disposto no art. 8º, inciso III da Constituição Federal, todas as empresas que exercem atividades representadas pelo Sindicato Patronal (limpeza, conservação e serviços terceirizados) recolherão mediante guia a ser fornecida Pelo SEAC/AM, a CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL, para a assistência a todos e não somente a associados, conforme estabelecido na seguinte tabela.

00 A 03 EMPREGADOS	R\$ 150,00
04 A 10 EMPREGADOS	R\$ 250,00
11 A 20 EMPREGADOS	R\$ 350,00
21 A 30 EMPREGADOS	R\$ 450,00
31 A 50 EMPREGADOS	R\$ 550,00
51 A 80 EMPREGADOS	R\$ 650,00
81 A 110 EMPREGADOS	R\$ 750,00
111 A 150 EMPREGADOS	R\$ 850,00
151 A 200 EMPREGADOS	R\$ 950,00
ACIMA DE 201 EMPREGADOS	R\$ 1.250,00

### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

As empresas ficam obrigadas a descontar de todos empregados a título de **Contribuição Assistencial Laboral** o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)** dos colaboradores **associados** e **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)** dos colaboradores **não associados** no mês de **FEVEREIRO/2025**, decidido em Assembleia Geral, e repassará ao SEEACEAM através de boleto bancário até 10º dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, função, salário e valor do desconto, para emissão do respectivo boleto. Fica certo e garantido aos empregados o direito de manifestar até **31/01/2025**, oposição ao desconto previsto no caput, **desde que o faça de maneira individual, por escrito, em 03 (três) vias e o mesmo** apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL MENSAL

As empresas sindicalizadas recolherão para o sindicato patronal SEAC-AM, a título de Contribuição Associativa Patronal mensal a importância correspondente ao valor de um R\$ 500,00 (quinhentos reais).

**Parágrafo Primeiro:** O não pagamento da importância prevista no caput, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data do arquivamento e registro da presente Convenção na Delegacia Regional do Trabalho, ensejará a emissão de Duplicata de Serviços e respectivo protesto e, ainda, o ajuizamento de Ação Executiva, conforme deliberação na Assembleia da categoria.

**Parágrafo Segundo:** Fica garantido o direito de oposição às empresas que não concordarem com o aludido pagamento, desde que o faça no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do depósito da presente norma na DRT ou da data da publicação realizada pelo sindicato patronal em jornal de grande circulação a esse respeito, o que lhes for mais favorável.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA MENSALIDADE ASSOCIATIVA LABORAL

As empresas ficam obrigadas a descontar mensalmente o percentual de **2% (dois por cento) do salário base**, decidido em Assembleia Geral Extraordinária, a título de Contribuição Associativa de todos os seus empregados, sendo o valor mínimo de **R\$ 31,00 (trinta e um reais)** e repassar ao Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas, até o 10º dia útil do mês subsequente, juntamente com a relação contendo nome, a matrícula na empresa, salário e valor do desconto.

**Parágrafo Primeiro:** Fica acordado que as empresas descontarão de seus empregados Associados, os valores correspondentes às compras feitas pelos mesmos, através dos convênios celebrados pelo Sindicato Laboral. Esses valores serão encaminhados às empresas pelo Sindicato respectivo da categoria, o qual terá obrigação quando solicitado pela empresa de anexar aos relatórios, comprovantes comprobatórios das compras efetuadas, e recolher mensalmente junto às empresas os valores descontados.

**Parágrafo Segundo:** Fica estabelecido entre as partes que os problemas de ordem legal, que poderão ser acarretados pelo estabelecimento desta cláusula, serão de inteira e exclusiva responsabilidade do Sindicato Laboral.

**Parágrafo Terceiro:** Fica acordado que o repasse/depósito do desconto ao SEEACEAM deverá ser feito obrigatoriamente até o dia 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao desconto. Tal quantia será devidamente depositada/recolhida na conta corrente do SEEACEAM.

**Parágrafo Quarto:** Em caso de atraso no depósito da mensalidade sindical recolhida, a empresa pagará uma multa diária correspondente a 1/2 (meio) piso da categoria revertido para o SEEACEAM até a data da efetivação liquidação.

**Parágrafo Quinto:** Fica certo e garantido aos empregado associados o direito de manifestar, a qualquer tempo, oposição ao desconto previsto no caput, desde que o faça de maneira individual e por escrito em 03 (três) vias e o mesmo apresentar nas dependências do Sindicato Laboral.

**Parágrafo Sexto:** Os empregados associados em situação regular com SEEACEAM, terão direito aos benefícios abaixo relacionados:

I - Consulta com Assistência Médica nas Especialidades abaixo relacionadas:

II - Clínica Geral Diurno, Oftalmologia, Pediatria, Obstetrícia (Pré-natal), Ginecologia, Otorrino, Urologista, Ortopedista e Cardiologista.

III - Ultra-sonografia de:

Abdômen superior, Abdômen Total, Bolsa Escrotal Infantil, Mamária, Músculo, Esquelético, Obstétrica, Partes Superficiais, Pélvicas, Pediátrica, Pênis infantil, Próstata, Rins e vias urinárias, testículos infantil, tórax, transfontanela e Transvaginal.

IV - Raio X de:

Abdômen simples, Abdômen Agudo, Abdômen ap lateral ou localizada, antebraço ap lateral, Articulação acrômio-clavicular, Articulação tibia-társica, Articulação sacra-iliacas, Bacia, Braço ap lateral, Calcâneo Lateral, Cavun, Clavícula, Coluna Cervil ap lateral, Copluna dorsal ap lateral, Coluna lombo-sacra e Coluna.

**Parágrafo Sétimo:** Assistência Jurídica- Área trabalhista.

**Parágrafo Oitavo:** Exame Laboratoriais básicos.

**Parágrafo Nono:** Ficam as empresas obrigadas a fornecerem mensalmente a Relação dos Funcionários demitidos, para que seja dado baixa em nosso sistema.

## OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL

Visando o dever das entidades sindicais Patronal e Laboral em zelar pelo fiel cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e os direitos dos trabalhadores instituídos no Artigo 7º da Constituição Federal, ficou acordado entre as partes a emissão da **CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL**, assinada por seus Presidentes ou Substitutos legais, com validade de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Primeiro:** Para emissão da referida Certidão serão solicitados os seguintes comprovantes:

Para o Sindicato Laboral:

1. CAGED;
2. Mensalidades
3. Comprovante de pagamento de salários;
4. Comprovante de pagamento;
5. Comprovante de entrega de Vale Transporte;
6. Comprovante de constituição de CIPA, conforme o caso (IN 5);
7. 06 (seis) últimas guias do FGTS

Para o Sindicato Patronal:

1. CAGED;
2. Comprovante de Contribuição Negocial Patronal, Assistência Social e Familiar Patronal e Mensalidade.

**Parágrafo Segundo:** As empresas para participarem em licitações promovidas por órgãos da Administração Pública, Direta, Indireta ou contratação por setores privados, deverão apresentar a CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE SINDICAL, dentro do prazo de sua vigência, por força desta Convenção, assistidos pelos Artigos 607 e 611 da CLT, combinado com o Art. 124 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações.

**Parágrafo Terceiro:** Fica estabelecido que a CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL, para os seus diversos fins, será emitida pelos sindicatos interessados, ou seja, pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEAC/AM) ou pelo SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS (SEEACEAM), a qual só terão validade quando os sindicatos mencionados deliberarem de forma conjunta quanto as condições para a sua emissão e a assinarem conjuntamente.

**Parágrafo Quarto:** A falta de **CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL** ou vencido seu prazo de validade, nos casos de Concorrências, Carta-convite, Tomada de Preços e Pregões, permitirá às demais empresas licitantes, bem assim aos Sindicatos Convenientes, que intervenham no processo licitatório, denunciando a irregularidade e/ou a empresa irregular por descumprimento das cláusulas convencionadas. Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

**Parágrafo Quinto:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DAS CERTIDÕES

Os sindicatos deverão emitir, sempre que solicitado, para fins diversos, certidões que declarem que as empresas solicitantes estejam regularizadas junto ao respectivo sindicato e que são cumpridoras da Convenção Coletiva em voga, se realmente o forem.

**Parágrafo Primeiro:** As certidões terão prazo de validade de 30 (trinta) dias e terão um custo de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) que será pago através de boleto bancário, emitido pelo SEAC/AM.

**Parágrafo Segundo:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - EMPRESAS DE OUTROS ESTADOS

As empresas com sede em outro estado que prestam ou que venham prestar suas atividades no Estado do Amazonas serão obrigadas a apresentar o Certificado de Regularidade Sindical do sindicato de sua origem, devidamente averbada no SEAC-AM.

**Parágrafo Único** - A empresa que, nos processos licitatórios, deixar de apresentar o Certificado de Regularidade Sindical, poderá ter a sua habilitação impugnada, por qualquer licitante, suscitando a superveniência desse fato caracterizador do inadimplemento de obrigações sindicais.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA DISTRIBUIÇÃO DAS CÓPIAS DA CCT

Por esta cláusula, todos os trabalhadores pertencentes à categoria profissional beneficiada por esta Convenção, sindicalizados ou não, bem como, todos os empresários, ou quem que tiver qualquer interesse nesta Convenção Coletiva de Trabalho, poderão ter acesso a cópia da mesma, para ciência inequívoca dos direitos, benefícios e deveres nela contidos, desde que recolham a taxa estipulada em R\$ 100,00 (cem reais) em favor do SEAC-AM, através de boleto próprio, devidamente pagos, na própria sede do SEAC-AM.

**Parágrafo Primeiro:** Só será considerada autêntica a cópia da CCT efetuadas pelo SEAC-AM, que a avaliará através de chancela própria, com a assinatura do Diretor-Presidente ou Diretora Executiva, do SEAC-AM, sendo expressamente proibida qualquer outra forma de reprodução e, portanto, inválida aos fins de direito, as cópias obtidas por meio diverso.

**Parágrafo Segundo:** Considerando o previsto no art. 611-A da CLT, prevalecerão sobre a lei todos os pontos objetos de Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DECLARAÇÃO ANUAL DE QUITAÇÃO TRABALHISTA

**Será autorizado ao Sindicato Profissional realizar procedimentos, a pedido das empresas interessadas e desde que haja concordância do empregado, com vistas a firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas em conformidade com o art. 507-B da CLT, com anuência do Sindicato Patronal, perante à Comissão de Conciliação Prévia existente entre o SEAC-AM e o SEEACEAM.**

**Parágrafo Primeiro:** O termo previsto no caput discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente, o qual constatada a regularidade no cumprimento das obrigações deverá ser assinado, pelo empregado e empregador, bem como pelo SEEACEAM e SEAC-AM, dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**Parágrafo Segundo:** No caso de ser apurada alguma diferença não quitada as partes poderão entabular acordo a respeito de eventuais diferenças apontadas, que após ser integralmente cumprido, terá eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

**Parágrafo Terceiro:** O pagamento referente a emissão do termo de quitação na Comissão de Conciliação de Prévia será de responsabilidade integral das empresas, e não poderá ser superior ao limite máximo de R\$10,00 (dez reais) por termo.

### OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ENCERRAMENTO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS/DEMISSÃO/DATA BASE

As empresas que demitirem os empregados em razão do encerramento de contrato de prestação de serviços com o tomador, no mês anterior à data base, estão isentas do pagamento da multa prevista na Lei nº 7.238/84, artigo 9º, considerando ser esse motivo ser superveniente e alheio à vontade do Empregador.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ACORDO COLETIVO

Os Acordos Coletivos de Trabalho firmados a partir desta data, para ter validade e eficácia, não poderão conter previsões que reduzam os direitos assegurados em lei e/ou na presente Convenção Coletiva de Trabalho e deverão ter anuência e assinatura conjunta do Sindicato Patronal e do Sindicato Laboral.

### DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Por este instrumento de negociação coletiva, os Sindicatos Convenientes mantém a Comissão de Conciliação Prévia, instituída em CCT anterior. A Comissão de Conciliação Prévia Sindical, com a atribuição de tentar conciliar os conflitos individuais do trabalho de

integrantes da categoria profissional com as empresas deste setor econômico, nos termos da lei n.º 9.958, de 12 de janeiro de 2.000, a qual se regerá pelos termos e condições que se seguem:

**Parágrafo Primeiro:** A Comissão constituída iniciará suas atividades na data de 21 de maio de 2008 (21/5/2008) e será, obrigatoriamente, composta por 01 (um) representante do sindicato laboral, 01 (um) representante do sindicato patronal e 01 (um) escrivão, os quais deverão estar presentes a todas as reuniões/audiências de conciliação, sob pena de nulidade absoluta destas.

**Parágrafo Segundo:** Cabe aos Sindicatos Convenentes indicar os seus representantes titulares e igual número de suplentes, que poderão pertencer às diretorias ou, desde que prévia e formalmente aceito pela outra parte, a órgãos internos do sindicato ou ainda pessoas externas ao funcionamento dos Sindicatos Convenentes.

**Parágrafo Terceiro:** Poderão os Sindicatos Convenentes substituir, a qualquer tempo, qualquer dos membros indicados (prepostos), com comunicação formal ao outro sindicato e a todos os membros da Comissão da localidade, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

**Parágrafo Quarto:** Aos prepostos dos Sindicatos Convenentes ficam asseguradas as garantias pessoais que já possuam, inerentes ao mandato do seu cargo sindical, nada se acrescentando em termos de garantias ou direitos trabalhistas por conta da participação que venha a ter na Comissão de Conciliação Prévia Sindical.

**Parágrafo Quinto:** É vedada a participação em processo de conciliação de membro da Comissão pertencente à empresa envolvida.

**Parágrafo Sexto:** O membro da Comissão que se encontre no exercício regular de sua função desenvolverá seu trabalho normal na empresa, afastando-se de suas atividades apenas quando convocado para atuar como conciliador, sendo computado como tempo de trabalho efetivo o despendido nessa atividade.

**Parágrafo Sétimo:** A Comissão funcionará nas instalações do Sindicato Profissional ou em outro local que as partes venham deliberar e terão as suas despesas específicas, necessárias para o seu funcionamento, arcadas paritariamente mediante orçamento trimestral, explanando-se que:

I - Relacionam-se como despesas necessárias e específicas para o funcionamento da Comissão, sem pretender-se esgotar ou restringir, a título exemplificativo: material de expediente, secretária, xerox, equipamentos de escritório, aluguel de instalação e outras despesas;

II - O orçamento trimestral deverá ser elaborado e aprovado pelas diretorias dos Sindicatos Convenentes, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do arquivamento da presente CCT.

III - Até o fim do segundo mês de cada trimestre deverá ser elaborada pelos membros titulares da Comissão uma proposta orçamentária para o trimestre seguinte e obtida a aprovação de ambas as diretorias dos Sindicatos Convenentes, sob pena de suspensão dos trabalhos da Comissão, até que se tenha aprovado o orçamento;

IV - A execução financeira caberá a cada Sindicato Convenente conforme a parte que lhe cabe no orçamento aprovado;

V - A prestação mensal de contas de qualquer valor gasto em função dos trabalhos da Comissão deverá ser consubstanciada em relatório assinado pela totalidade dos membros titulares e encaminhado, o original, para a diretoria de origem dos recursos bem como cópia para a outra diretoria, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte;

VI - Junto com a prestação de contas deverá a Comissão informar os dados estatísticos de sua atuação, entre eles: entradas de solicitação de conciliação, atendimentos com êxito, atendimentos sem êxito, solicitações de andamento, etc.

**Parágrafo Oitavo:** A Comissão funcionará de segunda à quinta-feira, das 08h30min às 12h00min e de 13h00min às 16h00min, devendo as partes interessadas, convocar a audiência, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, garantindo-se que para esta convocação bastará que a empresa ou o empregado, bem como seu representante, legalmente constituído, encaminhe, por qualquer meio, solicitação para a sua realização.

**Parágrafo Nono:** As reuniões/audiências conciliatórias obedecerão à ordem cronológica das solicitações podendo, quando necessário, serem realizadas audiências extraordinárias visando o descongestionamento de eventuais acúmulos de solicitações e de acordo com a demanda apresentada.

I - Na hipótese de ser provocada, a Comissão de Conciliação Prévia, por iniciativa da empresa e esta não comparecer rigorosamente na data e no horário previamente marcado, será cobrada uma multa de 30 % (trinta por cento) do piso da categoria que será revertida para as despesas administrativas da Comissão.

**Parágrafo Décimo:** Toda e qualquer controvérsia de natureza trabalhista será submetida à Comissão de Conciliação Prévia e o processo de conciliação observará os seguintes procedimentos e condições:

I - A demanda será formulada por escrito pelo interessado na secretaria do Sindicato Profissional ou reduzida a termo por qualquer dos membros da Comissão, ocasião em que o interessado terá conhecimento e dará ciência da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, nunca num prazo superior a 10 (dez) dias;

II - Compete à secretaria do Sindicato Profissional dar ciência a todos os outros interessados com pelo menos 3 (três) dias úteis de antecedência, da data/hora prevista para a reunião/audiência de conciliação, formalmente encaminhando cópia do processo;

III - Aceita a conciliação, será lavrado termo denominado ATA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA assinado pelo empregado, pelo empregador ou seu preposto e pelos membros presentes da comissão, fornecendo-se cópia às partes;

IV - Não logrando êxito a conciliação, será fornecida ao empregado e ao empregador declaração da tentativa conciliatória frustrada (ATA DE AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIA NEGATIVA) com a descrição de seu objeto, firmada pelos membros presentes da comissão, que deverá ser juntada à eventual Reclamação Trabalhista, conforme determinação legal;

V - Fica certo e entendido que o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto a parcelas expressamente ressalvadas.

**Parágrafo Décimo Primeiro:** A empresa será representada, nas audiências conciliatórias, através do proprietário ou do preposto, devidamente acompanhado da carta de preposição e do contrato social da empresa.

**Parágrafo Décimo Segundo:** O(s) trabalhador(es) deverá(ão) apresentar-se para as audiências munido(s) de sua Carteira de Trabalho e de sua Carteira de Identidade, bem como da confirmação de solicitação de audiência de conciliação e devidamente acompanhado do representante da categoria laboral ou de advogado de sua confiança.

**Parágrafo Décimo Terceiro:** Aplica-se à Comissão de Conciliação Prévia, criada nesta convenção, no que couber, as disposições previstas na CLT, jurisprudência e doutrina trabalhista, especialmente no que concerne ao INADIMPLEMENTO das obrigações oriundas de conciliação e acordos, desde que observados os princípios de paridade e negociação coletiva na sua constituição.

**Parágrafo Décimo Quarto:** Os acordos, quando não cumpridos, firmados perante esta Comissão, serão devidamente EXECUTADOS, de acordo com a legislação trabalhista vigente.

**Parágrafo Décimo Quinto:** É competente, para a execução de título executivo extrajudicial, o juízo que originariamente tem competência para o processo de conhecimento relativo a matéria.

**Parágrafo Décimo Sexto:** Aos fins de custeio da atividade e funcionamento da Comissão, e de modo a preservar e manter a qualidade dos serviços, as empresas que demandarem ou forem demandadas, havendo acordo ou não, recolherão para a Comissão a taxa de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), pagos na oportunidade da audiência, diretamente à Secretaria da Comissão.

I - As empresas associadas ao sindicato que estiverem rigorosamente em dia com todas as suas obrigações e contribuições sindicais, farão jus a desconto de 50% (cinquenta por cento) do valor acima mencionado.

II - Os valores estabelecidos neste parágrafo, quando inadimplidos, poderão ser objeto de cobrança executiva na Justiça do Trabalho.

### APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - COMISSÃO DE AUTOCONSTATAÇÃO DE CONVEÇÃO - CAC

Em virtude do interesse de garantir o fiel cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária e deste documento junto a opinião pública, aos Tomadores de Serviços e às Autoridades Públicas e Privadas, de todas as esferas, especialmente as responsáveis pela preservação da regularidade das relações trabalhistas e previdenciárias, não só pela submissão à obrigatoriedade legal, mas, também, para elidir de vez com o estigma de mau empregador e mau contribuinte que o setor ainda alimenta no seio da sociedade, as partes acordam pela criação da autofiscalização do setor, nos seguintes termos:

**I** - fica constituída uma comissão de dois membros indicados pelo Sindicato Patronal, sendo um titular e um suplente, e de igual número de membros indicados pelo Sindicato Profissional, para definir, planejar, executar, controlar e resolver todos os assuntos pertinentes à matéria, de acordo com os princípios neste documento, pelo voto da maioria de seus membros titulares, reunindo-se, no mínimo, uma vez por mês;

**II** - cabe à Comissão de Autofiscalização, essencialmente, a apuração de fatos que desabonem ou possam vir a desabonar o setor, no que se refere ao cumprimento pelas empresas, pelos profissionais da categoria e pelos contratantes dos serviços, da Legislação Trabalhista, Previdenciária, Fundiária, a específica do setor e das convenções e acordos firmados entre as partes, sejam eles de direito público ou privado;

**III** - compete à Comissão de Autofiscalização: receber denúncia; realizar buscas; visitar as empresas e os locais de execução dos serviços, observada comunicação prévia com sete dias; requerer informações e documentos, mediante o prazo de sete dias; ter acesso aos documentos inerentes ao objeto da presente cláusula; consultar órgãos e valer-se de outros meios legais para obtenção de dados que possam ser de seu interesse; formalizar o resultado de seu trabalho, de modo que seja decidido em conjunto as providências a serem tomadas, entre elas, mas sem se restringir, a aplicação de multas com base neste documento e a denúncia às autoridades constituídas pertinentes às matérias.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Obriga-se o Sindicato que tenha conhecimento de irregularidade ou fato inerente ou objeto de apuração através da cláusula em questão, a notificar o outro no prazo máximo de dois dias úteis, sob pena de multa, independentemente de toda e qualquer providência que venha a tomar, a qual, no mesmo prazo e com a mesma cominação, deverá ser igualmente cientificada.

### DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA MULTA

Entidades convenientes acordam em estabelecer a multa de 1/3 (um terço) do salário mínimo da CCT vigente, por trabalhador, em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho em vigência, em caso de reincidência fica estipulado 1/2 salário mínimo da categoria, por trabalhador, revertendo-se a mesma em favor da parte a quem a infringência prejudicar, independentemente das punições de ordem administrativas impostas pela fiscalização do Ministério do Trabalho.

### OUTRAS DISPOSIÇÕES

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DO OBJETIVO

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, firmada nos termos do art. 611 da CLT e demais legislação pertinente, tem por finalidade a estipulação de condições especiais de trabalho, aplicáveis no âmbito das respectivas representações, regulando as relações individuais de trabalho, mantidas entre as Empresas de Asseio e Conservação e seus respectivos empregados, bem como, ainda, a concessão de aumentos de salários e demais benefícios, na forma pactuada nas cláusulas abaixo, que as convenientes, reciprocamente, aceitam e outorgam.

#### CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DOS BENEFICIARIOS

São beneficiários deste negócio jurídico todos os empregados abrangidos nas representações sindicais, na base territorial do Sindicato dos Empregados e, por extensão, para todo o Estado do Amazonas, por delegação de poderes das entidades hierarquicamente superiores, na conformidade do disposto no art. 611 da CLT, e que trabalham para as Empresas cuja classe econômica é representada pelo Sindicato Convenente.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Esta Convenção Coletiva de Trabalho, está sendo lavrada em 03 (três) vias, extraíndo-se lhes tantas cópias quantas forem necessárias para arquivo e uso dos Convenientes, uma das quais será depositada na Delegacia Regional do Trabalho e Emprego no Amazonas SRTE/AM, para fins de registro, como ordena o Parágrafo Único do artigo 614 da CLT.

E por estarem assim justos e contratados, assinam os Convenientes por seus representantes legais, a presente Convenção Coletiva de Trabalho, assistidos por seus respectivos advogados, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS**

Visando assegurar a exequibilidade dos contratos, prestados pelas empresas, e concomitante adimplência aos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que as empresas assistidas por esta CCT, na elaboração de propostas de preços, deverão praticar o percentual mínimo de Encargos Sociais e Trabalhistas de 81,98% (oitenta e um vírgula noventa e oito por cento), para a carga horária de segunda a sexta-feira, 81,86% (oitenta e um vírgula oitenta e seis por cento) para carga horária de segunda a sábado e 82,27% (oitenta e dois vírgula vinte e sete por cento) para carga horária 12x36, conforme abaixo:

<b>GRUPO "A" - CUSTO DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>Fundamentação Legal</b>
<b>INSS</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>Artigo 22 Inciso I Lei 8.212/91</b>
<b>FGTS</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>Artigo 15 Lei 8036/90 e Art. 7º Inciso III CF/88</b>
<b>SESC</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,50%</b>	<b>1,50%</b>	<b>Decreto 61.836/67</b>
<b>SENAC</b>	<b>1,00%</b>	<b>1,00%</b>	<b>1,00%</b>	<b>1,00%</b>	<b>Decreto 61.843/67</b>
<b>SEBRAE</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,60%</b>	<b>0,60%</b>	<b>Decreto 99.570/90</b>
<b>INCRA</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,20%</b>	<b>0,20%</b>	<b>Lei 7787 de 30/06/89 e DL 1146/70</b>
<b>SALÁRIO EDUCAÇÃO</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>	<b>2,50%</b>	<b>Artigo 3º Inciso I Decreto 87.043/82</b>
<b>RISCOS AMBIENTAIS DO TRABALHO</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>3,00%</b>	<b>Decreto 6.042/2007 CNAE 8121/00 LEI 10.666/2003</b>
<b>Total do Grupo "A"</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>	
<b>GRUPO "B" - CUSTOS E SUBSTITUIÇÕES</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</b>
<b>FÉRIAS GOZADAS</b>	<b>8,25%</b>	<b>8,25%</b>	<b>8,24%</b>	<b>8,27%</b>	<b>Artigo 142º DL 5.542/42 e Art 7 CF Inc XVII</b>
<b>AUXÍLIO DOENÇA</b>	<b>2,69%</b>	<b>2,69%</b>	<b>2,68%</b>	<b>2,69%</b>	<b>Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT</b>
<b>AFASTAMENTOS MAIS DE 15 DIAS</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,13%</b>	<b>0,13%</b>	<b>Artigo 18 Lei 8.212/91 e artigo 476 CLT</b>
<b>LICENÇA PATERNIDADE</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>Lei 13.527/2016</b>
<b>ACIDENTE DE TRABALHO</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>0,01%</b>	<b>Lei 6.367/76 e Artigo 476 da CLT</b>
<b>FALTAS LEGAIS</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,76%</b>	<b>0,76%</b>	<b>Artigo 473 e 822 da CLT</b>
<b>TREINAMENTO</b>	<b>0,39%</b>	<b>0,39</b>	<b>0,33%</b>	<b>0,54%</b>	<b>IN 05 do MET e Item XXII da CF/88</b>
<b>Total do Grupo "B"</b>	<b>12,24%</b>	<b>12,24%</b>	<b>12,16%</b>	<b>12,41%</b>	
<b>GRUPO "C" - CUSTOS DAS INDENIZAÇÕES</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>Fundamentação Legal</b>
<b>1/3 CONSTITUCIONAIS DE FÉRIAS</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,75%</b>	<b>2,76%</b>	<b>Artigo 7, Inciso XVII CF/88</b>
<b>13º SALÁRIO</b>	<b>9,34%</b>	<b>9,34%</b>	<b>9,33%</b>	<b>9,35%</b>	<b>Lei 4090/62 Inciso VIII Art. 7 CF 88</b>
<b>AVISO PRÉVIO TRABALHADO</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,14%</b>	<b>0,14%</b>	<b>CLT Artigo 488 § Único e Artigo 7 Inciso XXI da CF/88</b>
<b>Total do Grupo "C"</b>	<b>12,23%</b>	<b>12,23%</b>	<b>12,22%</b>	<b>12,25%</b>	

<b>GRUPO "D" - CUSTO DAS RESCISÕES</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ªa Sábado 44horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>Fundamentação Legal</b>
<b>AVISO PRÉVIO INDENIZADO</b>	<b>3,52%</b>	<b>3,52%</b>	<b>3,52%</b>	<b>3,53%</b>	<b>Artigo 487 CLT e Inciso XXI do Artigo 7º CF/88</b>
<b>COMPLEMENTO AVISO PRÉVIO</b>	<b>0,82%</b>	<b>0,82%</b>	<b>0,82%</b>	<b>0,82%</b>	<b>Lei 12.506 de 13 de outubro de 2011.</b>
<b>REFLEXOS 13º SAL. E FÉRIAS</b>	<b>0,84%</b>	<b>0,84%</b>	<b>0,84%</b>	<b>0,85%</b>	<b>IN SRT 15 de 14 de julho de 2010.</b>
<b>INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA</b>	<b>4,01%</b>	<b>4,01%</b>	<b>4,01%</b>	<b>4,02%</b>	<b>Artigo 487CLT e Art. 10 Inciso I Disp.Trans.CF/88</b>
<b>INDENIZAÇÃO ADICIONAL</b>	<b>0,52%</b>	<b>0,52%</b>	<b>0,52%</b>	<b>0,52%</b>	<b>Artigo 9º 7.238/84</b>
<b>FÉRIAS INDENIZADAS</b>	<b>0,84%</b>	<b>0,84%</b>	<b>0,84%</b>	<b>0,84%</b>	<b>Artigo 146 e § Único</b>
<b>ADICIONAL DE FÉRIAS INDENIZADAS</b>	<b>0,28%</b>	<b>0,28%</b>	<b>0,28%</b>	<b>0,28%</b>	<b>Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST</b>
<b>Total do Grupo "D"</b>	<b>10,83%</b>	<b>10,83%</b>	<b>10,83%</b>	<b>10,86%</b>	
<b>Grupo "E" - CUSTOS COMPLEMENTARES</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2ª a 6ª 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>Fundamentação Legal</b>
<b>ABONO PECUNIÁRIO</b>	<b>0,26%</b>	<b>0,26%</b>	<b>0,26%</b>	<b>0,26%</b>	<b>Artigo 143 CLT</b>
<b>1/3 CONST. ABONO PECUNIÁRIO</b>	<b>0,09%</b>	<b>0,09%</b>	<b>0,09%</b>	<b>0,09%</b>	<b>Artigo 7 item XVII CF/88 - SUMULA 328/TST</b>
<b>Total do Grupo "E"</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,35%</b>	
<b>GRUPO "F" CUSTO DAS INCIDÊNCIAS</b>	<b>2ª a 6ª 40 horas</b>	<b>2º a 6º 44 horas</b>	<b>2ª a Sábado 44 horas</b>	<b>12 x 36</b>	<b>Fundamentação Legal</b>
<b>FGTS S/ AVISO PRÉVIO INDENIZADO</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,35%</b>	<b>0,35%</b>	<b>Sumula 305 TST</b>
<b>INCIDÊNCIAS SALÁRIO MATERNIDADE</b>	<b>0,15%</b>	<b>0,15%</b>	<b>0,15%</b>	<b>0,15%</b>	<b>Artigo 58 DA IN 971 Previdência</b>
<b>FGTS 1/12 13º SALÁRIO INDENIZADO</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,03%</b>	<b>IN 99 M.T.E. artigo 8 item XIII</b>
<b>INCIDÊNCIA GRUPO "A" S/ GRUPO "B" + "C"</b>	<b>9,00%</b>	<b>9,00%</b>	<b>8,97%</b>	<b>9,07%</b>	<b>Artigo 28º Lei 8.212/91</b>
<b>Total do Grupo "F"</b>	<b>9,53%</b>	<b>9,53%</b>	<b>9,50%</b>	<b>9,60%</b>	
<b>TOTAL DOS ENCARGOS</b>	<b>81,98%</b>	<b>81,98%</b>	<b>81,86%</b>	<b>82,27%</b>	

}

BENILSON CAVALCANTE HIPOLITO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DOS EMP.EM EMP.DE ASSEIO E CONS. DO EST.DO AM

LUIZ RODRIGUES COELHO FILHO  
PRESIDENTE  
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DO ESTADO DO AMAZONAS

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA**

[Anexo \(PDF\)](#)

**ANEXO II - LISTA DE PRESENÇA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

**Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA  
**CNPJ:** 12.891.300/0001-97      **SCP:**      **Tipo:** Original  
**Identificação do arquivo:** 72C4BA84841CAAC0E1FC3EC0C5BACC341EC336B9  
**Período de apuração:** 01/11/2024 a 30/11/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 16.011,59	R\$ 73.750,34
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 23.924,74	R\$ 110.198,79
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 16.379,51	R\$ 75.374,96
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 7.545,23	R\$ 34.823,83
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 10.470.704/0001-81 CPF: 613.180.352-87	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 06/01/2025 às 10:49:06
Número do Recibo: 72.C4.BA.84.84.1C.AA.C0.E1.FC.3E.C0. C5.BA.CC.34.1E.C3.36.B9-1	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 0F.73.F5.12.6A.A6.95.F3 23.B4.D1.95.D9.18.43.8B

**RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES**

**IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO**

**Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA  
**CNPJ:** 12.891.300/0001-97      **SCP:**      **Tipo:** Original  
**Identificação do arquivo:** BA2EAA2783CCA82081DE78DA33405DF554326E14  
**Período de apuração:** 01/01/2025 a 31/01/2025

<b>APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS</b>	<b>PIS/PASEP</b>	<b>COFINS</b>
<b>REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO</b>		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 15.947,49	R\$ 73.455,10
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 16.026,65	R\$ 73.819,72
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 16.026,65	R\$ 73.819,72
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 15.947,49	R\$ 73.455,10

<b>REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO</b>		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

<b>APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS</b>	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 10.470.704/0001-81 CPF: 613.180.352-87	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 10/03/2025 às 10:42:10
Número do Recibo: BA.2E.AA.27.83.CC.A8.20.81.DE.78.DA. 33.40.5D.F5.54.32.6E.14-8	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 14.99.3F.07.C2.90.2E.12 EF.B7.47.E3.25.93.F3.AE

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97

SCP:

Tipo: Retificadora

Identificação do arquivo: 70BF4F724A6ED983B516B5B1815CDD96A557964F

Período de apuração: 01/02/2024 a 29/02/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 3.261,23	R\$ 15.021,40
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 9.705,94	R\$ 44.706,14
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 6.443,81	R\$ 29.680,55
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 3.262,13	R\$ 15.025,59
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

10.470.704/0001-81

CPF: 613.180.352-87

Número do Recibo:

70.BF.4F.72.4A.6E.D9.83.B5.16.B5.B1.  
81.5C.DD.96.A5.57.96.4F-5

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/04/2024 às 11:58:34

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

15.26.1A.AC.4D.1E.B9.DA 74.87.5E.29.02.C3.54.96

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97

SCP:

Tipo: Original

Identificação do arquivo: 962A7C7BCE42B592FD1E25540254857247DD5CC8

Período de apuração: 01/03/2024 a 31/03/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 6.565,23	R\$ 30.239,85
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 8.040,51	R\$ 37.035,09
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 6.565,23	R\$ 30.239,85
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 1.475,28	R\$ 6.795,24
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 10.470.704/0001-81 CPF: 613.180.352-87	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 23/04/2024 às 12:14:28
Número do Recibo: 96.2A.7C.7B.CE.42.B5.92.FD.1E. 25.54.02.54.85.72.47.DD.5C.C8-7	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: A4.CE.95.DE.EC.9C.8C.51 8E.79.2A.F7.3D.02.DC.B6

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97

SCP:

Tipo: Original

Identificação do arquivo: 1AC9B6C39A5B4348131D78E4AD812CDFF2D274B9

Período de apuração: 01/04/2024 a 30/04/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 7.087,70	R\$ 32.646,37
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 9.441,02	R\$ 43.485,90
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 7.087,70	R\$ 32.646,37
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 2.353,32	R\$ 10.839,53
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

10.470.704/0001-81

CPF: 613.180.352-87

Número do Recibo:

1A.C9.B6.C3.9A.5B.43.48.13.1D.78.E4.AD.  
81.2C.DF.F2.D2.74.B9-6

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 14/06/2024 às 18:17:28

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

E0.43.F5.BD.F8.48.AC.C3 2D.7D.58.40.D1.5C.D9.EF

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97

SCP:

Tipo: Original

Identificação do arquivo: F5172691CAF4627CEFCB682345A08DBAA9EA2A8B

Período de apuração: 01/05/2024 a 31/05/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 6.830,45	R\$ 31.461,46
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 6.210,74	R\$ 28.607,07
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 6.210,74	R\$ 28.607,07
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 619,71	R\$ 2.854,39

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

10.470.704/0001-81

CPF: 613.180.352-87

Número do Recibo:

F5.17.26.91.CA.F4.62.7C.EF.CB.68.23.45.  
A0.8D.BA.A9.EA.2A.8B-8

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 25/06/2024 às 10:40:30

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

E5.37.14.69.AB.D7.8F.03 AD.9D.8A.13.EC.F4.A0.8D

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97

SCP:

Tipo: Original

Identificação do arquivo: E2121FF1DB5B919FF1F977764F9AC0C13A91C08F

Período de apuração: 01/06/2024 a 30/06/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 5.549,84	R\$ 25.562,90
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 4.379,17	R\$ 20.170,74
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 4.379,17	R\$ 20.170,74
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 1.170,67	R\$ 5.392,16

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

10.470.704/0001-81

CPF: 613.180.352-87

Número do Recibo:

E2.12.1F.F1.DB.5B.91.9F.F1.F9.77.76.4F.  
9A.C0.C1.3A.91.C0.8F-9

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 24/07/2024 às 10:21:56

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

19.56.FA.9A.E5.8F.8F.3B.8A.68.E1.00.41.4D.96.E9

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97 SCP: Tipo: Original

Identificação do arquivo: 0585000C29463B660E6F72FD861272413AF61373

Período de apuração: 01/07/2024 a 31/07/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 11.041,80	R\$ 50.859,19
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 4.063,38	R\$ 18.716,18
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 4.063,38	R\$ 18.716,18
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 6.978,42	R\$ 32.143,01

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

10.470.704/0001-81

CPF: 613.180.352-87

Número do Recibo:

05.85.00.0C.29.46.3B.66.0E.6F.72.FD.  
86.12.72.41.3A.F6.13.73-3

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/08/2024 às 11:03:00

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

BB.DF.6B.1F.C1.23.51.8C 90.03.24.32.81.12.6D.DE

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

**Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICO ESPECIALIZADOS LTDA  
**CNPJ:** 12.891.300/0001-97      **SCP:**      **Tipo:** Original  
**Identificação do arquivo:** 7F90650B348AF01D1436869E33AF58E4654B266B  
**Período de apuração:** 01/08/2024 a 31/08/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 13.684,80	R\$ 63.033,04
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 4.349,94	R\$ 20.036,11
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 4.349,94	R\$ 20.036,11
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 9.334,86	R\$ 42.996,93

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 10.470.704/0001-81 CPF: 613.180.352-87	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 25/09/2024 às 12:01:02
Número do Recibo: 7F.90.65.0B.34.8A.F0.1D.14.36.86.9E.33. AF.58.E4.65.4B.26.6B-0	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 59.C9.C2.AB.24.C0.0F.96.29.DB.87.F3.8B.D8.3A.B9

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97 SCP: Tipo: Retificadora

Identificação do arquivo: 3CD4AD50381035136C342262D10924C0D1760EAB

Período de apuração: 01/09/2024 a 30/09/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 13.180,82	R\$ 60.711,64
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 8.939,61	R\$ 41.176,40
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 8.939,61	R\$ 41.176,40
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 4.241,21	R\$ 19.535,24

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

10.470.704/0001-81

CPF: 613.180.352-87

Número do Recibo:

3C.D4.AD.50.38.10.35.13.6C.34.22.62.D1.  
09.24.C0.D1.76.0E.AB-1

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 23/10/2024 às 14:50:58

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

7E.4C.4D.FE.52.10.A2.04 A0.B2.40.D2.7E.F1.DF.73

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

**Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA  
**CNPJ:** 12.891.300/0001-97      **SCP:**      **Tipo:** Original  
**Identificação do arquivo:** 227A9275238F3765E7E70F84DCD45885F81CAA3A  
**Período de apuração:** 01/10/2024 a 31/10/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 14.633,99	R\$ 67.405,06
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 18.568,41	R\$ 85.527,22
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 14.633,99	R\$ 67.405,06
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 3.934,42	R\$ 18.122,16
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI: 10.470.704/0001-81 CPF: 613.180.352-87	Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 05/12/2024 às 11:00:29
Número do Recibo: 22.7A.92.75.23.8F.37.65.E7.E7.0F.84.DC. D4.58.85.F8.1C.AA.3A-3	Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet: 4E.04.2F.16.A4.43.E2.73 B4.6D.49.8A.7A.FB.53.93

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA

CNPJ: 12.891.300/0001-97 SCP: Tipo: Original

Identificação do arquivo: 005BA0945E622DD2AF876C360BA093079076278B

Período de apuração: 01/12/2024 a 31/12/2024

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO		
Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 15.820,50	R\$ 72.870,18
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 32.629,30	R\$ 150.292,55
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 21.737,76	R\$ 100.024,40
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 10.891,54	R\$ 50.268,15
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO		
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS	
Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 0,00
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 0,00

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

10.470.704/0001-81

CPF: 405.415.502-25

Número do Recibo:

00.5B.A0.94.5E.62.2D.D2.AF.87.6C.36.0B.  
A0.93.07.90.76.27.8B-5

Escrituração recebida via Internet  
pelo Agente Receptor SERPRO

em 17/01/2025 às 20:22:16

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

C8.95.D1.B8.9A.03.A2.89 C2.95.EB.1A.55.4E.9B.F5

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/01/2025 a 31/01/2025

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	1.008.882,34	971.312,15	971.312,15	16.026,63	73.819,68
09	5.777.315,81	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	6.786.198,15	971.312,15	971.312,15	16.026,63	73.819,68
50	968.735,73	966.514,45	966.514,45	15.947,93	73.455,22
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	968.735,73	966.514,45	966.514,45	15.947,93	73.455,22

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST**

**Contribuinte:** JF TECNOLOGIA LTDA

**CNPJ:** 12.891.300/0001-97

**Código SCP:**

**Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência

**Período de Apuração:** 01/02/2024 a 29/02/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	588.238,66	588.238,66	588.238,66	9.705,84	44.706,07
09	4.157.358,63	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	4.745.597,29	588.238,66	588.238,66	9.705,84	44.706,07
50	201.282,42	197.650,03	197.650,03	3.261,23	15.021,40
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	201.282,42	197.650,03	197.650,03	3.261,23	15.021,40

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/03/2024 a 31/03/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	487.303,84	487.303,84	487.303,84	8.040,42	37.035,03
09	4.776.242,15	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	5.263.545,99	487.303,84	487.303,84	8.040,42	37.035,03
50	397.892,82	397.892,82	397.892,82	6.565,22	30.239,84
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	397.892,82	397.892,82	397.892,82	6.565,22	30.239,84

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/04/2024 a 30/04/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	572.182,93	572.182,93	572.182,93	9.440,92	43.485,79
09	4.580.201,26	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	5.152.384,19	572.182,93	572.182,93	9.440,92	43.485,79
50	430.690,27	429.557,55	429.557,55	7.087,74	32.646,36
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	430.690,27	429.557,55	429.557,55	7.087,74	32.646,36

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/05/2024 a 31/05/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	376.408,78	376.408,78	376.408,78	6.210,66	28.606,96
09	4.313.840,18	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	4.690.248,96	376.408,78	376.408,78	6.210,66	28.606,96
50	413.966,62	413.966,62	413.966,62	6.830,46	31.461,46
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	413.966,62	413.966,62	413.966,62	6.830,46	31.461,46

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF TECNOLOGIA LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/06/2024 a 30/06/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	265.404,45	265.404,45	265.404,45	4.379,08	20.170,65
09	4.311.821,76	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	4.577.226,21	265.404,45	265.404,45	4.379,08	20.170,65
50	336.353,96	336.353,96	336.353,96	5.549,88	25.562,90
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	336.353,96	336.353,96	336.353,96	5.549,88	25.562,90

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/07/2024 a 31/07/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	246.265,52	246.265,52	246.265,52	4.063,28	18.716,08
09	4.738.690,97	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	4.984.956,49	246.265,52	246.265,52	4.063,28	18.716,08
50	669.199,82	669.199,82	669.199,82	11.041,81	50.859,21
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	669.199,82	669.199,82	669.199,82	11.041,81	50.859,21

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICO ESPECIALIZADOS LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/08/2024 a 31/08/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	277.508,31	263.633,02	263.633,02	4.349,83	20.036,02
09	5.334.379,26	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	5.611.887,57	263.633,02	263.633,02	4.349,83	20.036,02
50	829.382,09	829.382,09	829.382,09	13.684,81	63.033,04
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	829.382,09	829.382,09	829.382,09	13.684,81	63.033,04

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/09/2024 a 30/09/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	570.310,21	541.794,76	541.794,76	8.939,45	41.176,36
09	4.695.604,50	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	5.265.914,71	541.794,76	541.794,76	8.939,45	41.176,36
50	798.837,33	798.837,33	798.837,33	13.180,85	60.711,64
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	798.837,33	798.837,33	798.837,33	13.180,85	60.711,64

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/10/2024 a 31/10/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	1.170.105,99	1.125.358,17	1.125.358,17	18.568,45	85.527,24
09	5.578.666,36	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	6.748.772,35	1.125.358,17	1.125.358,17	18.568,45	85.527,24
50	886.908,65	886.908,65	886.908,65	14.634,02	67.405,07
98	577,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	887.485,65	886.908,65	886.908,65	14.634,02	67.405,07

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/11/2024 a 30/11/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	1.488.268,92	1.449.984,09	1.449.984,09	23.924,87	110.198,92
09	5.903.061,43	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	7.391.330,35	1.449.984,09	1.449.984,09	23.924,87	110.198,92
50	970.399,21	970.399,21	970.399,21	16.011,61	73.750,34
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	970.399,21	970.399,21	970.399,21	16.011,61	73.750,34

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).

**REGISTROS FISCAIS - CONSOLIDAÇÃO DAS OPERAÇÕES POR CST****Contribuinte:** JF ENGENHARIA E SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA**CNPJ:** 12.891.300/0001-97**Código SCP:****Regime:** Escrituração detalhada pelo regime de competência**Período de Apuração:** 01/12/2024 a 31/12/2024

CST	Valor Total do Item	Base de Cálculo PIS/Pasep *	Base de Cálculo COFINS *	Valor PIS/PASEP	Valor COFINS
01	2.029.686,15	1.977.533,57	1.977.533,57	32.629,23	150.292,54
09	6.597.266,94	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS/SAÍDAS	8.626.953,09	1.977.533,57	1.977.533,57	32.629,23	150.292,54
50	958.818,16	958.818,16	958.818,16	15.820,52	72.870,18
TOTAL AQUISIÇÕES/CUSTOS/DESPESAS	958.818,16	958.818,16	958.818,16	15.820,52	72.870,18

\* O conteúdo informado nesta coluna não considera os documentos e operações que tem a apuração de crédito/débito das respectivas contribuições com base nos campos de apuração por quantidade (QUANT\_BC\_PIS e QUANT\_BC\_COFINS).